

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) HELCIO LUIS LIMA PEREIRA

DE GUINÉ-BISSAU AO LÍBANO:

Uma análise do emprego do Conjugado Anfíbio em Operações de Evacuação de
Não-Combatentes

Rio de Janeiro

2023

CC (FN) HELCIO LUIS LIMA PEREIRA

DE GUINÉ-BISSAU AO LÍBANO:

Uma análise do emprego do Conjugado Anfíbio em Operações de Evacuação de
Não-Combatentes

Dissertação apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para conclusão do
Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1-FN) Antônio Carlos
Rodrigues Martins

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela força e sabedoria nos momentos mais difíceis, sendo um guia em minha longa jornada.

Aos meus pais, minha eterna gratidão, cuja educação e respeito com que me criaram contribuíram para formação do meu caráter e intelecto. Em especial, agradeço ao meu pai, Helcio (in memoriam), pelos grandes ensinamentos sobre união e valor da família.

À minha amada esposa, Luciana Santos das Chagas Pereira, agradeço por estar sempre ao meu lado, tanto nos momentos felizes quanto nos momentos mais difíceis, sendo o grande pilar de apoio e incentivo em nossa história.

Às minhas filhas, Letícia das Chagas Pereira e Lavínia das Chagas, meus bens maiores neste mundo, agradeço a paciência e a compreensão com a minha ausência e, pelos carinhos e sorrisos que me motivam a seguir em frente diante dos inúmeros desafios.

Ao meu orientador, CMG (RM1-FN) Antônio Carlos Rodrigues Martins, agradeço a forma cordial e amistosa em suas oportunas orientações durante a realização deste trabalho.

Por fim, agradeço aos companheiros da Turma GM-2006 e CEMOS-203 que, direta ou indiretamente, contribuíram para a elaboração deste trabalho.

RESUMO

Como consequência do fim da bipolaridade mundial após a Guerra Fria (1947-1991), novos ditames surgem, revelando novos desafios aos Estados, como o intenso processo de globalização e avanço tecnológico, tornando cada vez mais os espaços entre países menores e mais conectados. Esta sucessão de acontecimentos proporcionou a estada de inúmeros cidadãos vivendo no exterior e, em muitos casos, em países com certa instabilidade, principalmente na questão relacionada à segurança. Surge, assim, um problema que muitos países terão que enfrentar, que é a proteção de seus nacionais que residem no exterior. Muitas vezes, o Estado, apenas por vias diplomáticas, não terá a capacidade de resolver este problema e precisará recorrer ao poder militar a fim de cumprir esta missão. Uma importante expressão do poder militar para atuar nestas áreas é o Poder Naval, projetando poder sobre terra, por meio de Operação Anfíbia, valendo-se de suas capacidades de permanência e mobilidade. Diante disto, a Marinha do Brasil pode empregar sua força, meios e pessoal, de forma sinérgica, com capacidade expedicionária traduzida no conceito de Conjugado Anfíbio. Em face ao exposto, o propósito desta pesquisa é responder se o Conjugado Anfíbio proporciona ao Poder Naval as capacidades necessárias para seu emprego em Operações de Evacuação de Não-Combatentes. Cabe ressaltar para este estudo, a importância de realizar uma breve análise da evolução das Operações Anfíbias, diante às novas ameaças do século XXI, permitindo a aplicação do Poder Naval, por meio do Conjugado Anfíbio, em um espectro maior de ambientes operacionais, hoje chamado de Projeção Anfíbia. Para alcançar o objetivo deste estudo e responder a proposta, estabeleceu-se um desenho de pesquisa com um confronto dos aspectos teóricos do Conjugado Anfíbio, por intermédio de revisões bibliográficas relacionadas ao assunto, com a realidade, representada pelo estudo de duas Operações de Evacuação de Não-Combatentes, uma em Guiné-Bissau, em 1998, realizada pela Marinha de Portugal e outra em 2006, no Líbano, realizada pela Marinha dos EUA. A importância de verificar a aplicação deste conceito de Conjugado Anfíbio em operações realizadas por Marinhas bem distintas em meios, quantitativos e qualitativos, demonstra sua versatilidade, onde a força motriz, não está somente nos números e, sim, na sinergia da aplicação correta dos meios, pessoal e material. Assim, será possível concluir que o Conjugado Anfíbio é uma ferramenta importante para o Poder Naval em operações de evacuação, proporcionando versatilidade e capacidade de resposta rápida às crises.

Palavras-chave: Poder Naval. Operações de Evacuação de Não-Combatentes Operações Anfíbias. Conjugado Anfíbio. Projeção Anfíbia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Comunidade Brasileira no Exterior em 2021.....	53
Figura 2 — Distribuição Regional da Comunidade Brasileira no Exterior.....	54
Figura 3 — Entorno Estratégico do Brasil.....	55
Figura 4 — Área de Operações no Líbano, 2006.....	56
Quadro 1 — Operações de Evacuação de Não-Combatentes realizadas pelos EUA no período de 1975 até 2014	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1ª GM —	Primeira Guerra Mundial
2ª GM —	Segunda Guerra Mundial
AOp —	Área de Operações
CENTCOM —	<i>Central Command</i>
CPLP —	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSONU —	Conselho de Segurança das nações Unidas
DOD —	<i>United States Department of Defense</i>
DMN —	Doutrina Militar Naval
ESG —	<i>Expeditionary Strike Group</i>
EUA —	Estados Unidos da América
END —	Estratégia nacional de defesa
Ex-URSS —	Ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
FDI —	Força de Defesa Israelense
ForDbq —	Força de Desembarque
FORREG —	Força de Recolha na República da Guiné-Bissau
ForTarAnf —	Força Tarefa Anfíbia
GptOpFuzNav	Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais
LBDN —	Livro Branco de Defesa Nacional
LDSI	Local de Destino Seguro Intermediário
MEU —	<i>Marine Expeditionary Unit</i>
MB —	Marinha do Brasil
MD —	Ministério da Defesa
MRE —	Ministério das Relações Exteriores
OND —	Objetivo Nacional de Defesa
ONU —	Organização das Nações Unidas
OpAnf —	Operações Anfíbias
OpENC —	Operação de Evacuação de Não-Combatentes
OpHum —	Operações Humanitárias
OpPaz —	Operações de paz

- OTAN — Organização do Tratado do Atlântico Norte
- PAIGC — Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
- PND — Política Nacional de Defesa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	ASPECTOS TEÓRICOS	12
2.1	UMA EVOLUÇÃO NO CONCEITO DAS OPERAÇÕES ANFÍBIAS.....	13
2.2	ASPECTOS DO PODER NAVAL E DO CONJUGADO ANFÍBIO	16
2.3	OPERAÇÕES DE EVACUAÇÃO DE NÃO-COMBATENTES.....	19
3	A OPERAÇÃO CROCODILO.....	24
3.1	ASPECTOS HISTÓRICOS E UMA VISÃO DO CONFLITO.....	24
3.2	OS PRIMEIROS PASSOS DE PORTUGAL	26
3.3	O DESENNOLAR DAS AÇÕES.....	29
4	OS EUA E A EVACUAÇÃO DE NÃO-COMBATENTES NO LÍBANO.....	32
4.1	ASPECTOS HISTÓRICOS E UMA VISÃO DO CONFLITO.....	32
4.2	O CONFLITO EM 2006	34
4.3	OS EUA EM RESGASTE DE SEUS NACIONAIS.....	35
5	O CONCEITO DE CONJUGADO ANFÍBIO E AS OPENC	39
5.1	NO DOMÍNIO DO MAR.....	39
5.2	NO DOMÍNIO DO AR	41
5.3	NO DOMÍNIO TERRESTRE	43
6	CONCLUSÃO	46
	REFERÊNCIAS.....	49
	ANEXOS.....	53

1 INTRODUÇÃO

O desfecho da bipolaridade mundial entre os Estados Unidos da América (EUA) e a Ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Ex-URSS), com o término da Guerra Fria (1947-1991), proporcionou uma abertura mundial e uma maior interconexão entre os Estados, seja política, econômica e sociocultural, resultando em uma globalização desenfreada.

Contudo, este sistema multipolar ocasionou mudanças significativas no cenário mundial, proporcionando o aparecimento de novas ameaças¹, bem como novos desafios² aos Estados soberanos, favorecidos por uma maior conectividade pós-moderna fomentada pelos avanços dos meios de comunicação.

Esta desordem provoca vulnerabilidades em determinadas áreas no globo, que pode repercutir diretamente sobre a segurança mundial, levando à necessidade de uma maior participação da comunidade internacional nos problemas internos de outros Estados, a fim de garantir o mínimo de solidez política no sentido de permitir o equilíbrio das relações interestatais.

Nesse ínterim, com o crescimento econômico do Estado Brasileiro e a expansão de seus interesses no exterior, torna-se cada vez mais frequente a presença de estabelecimentos, instituições, empresas e organizações nacionais em outros países, acarretando o recrudescimento do número de residentes brasileiros em território estrangeiro (BRASIL, 2020e).

Em 2022, segundo o Portal Consular do Ministério das Relações Exteriores³ (MRE), o Brasil possuía, ao redor do mundo, mais de 190 postos divididos em embaixadas, consulados e representações. De acordo com último relatório da Secretaria de Assuntos Consulares, Cooperação e Cultura, o país possuía uma comunidade de 4,4 milhões de brasileiros residentes fora do país (FIG. 1, ANEXO A; FIG. 2, ANEXO B).

Em alguns países, onde cidadãos brasileiros vivem e trabalham, a atmosfera de

¹ O termo “novas ameaças” tem sido utilizado para caracterizar atividades ilícitas como tráfico de drogas, armas e pessoas, pirataria, imigração ilegal, roubo armado, terrorismo, ameaças ambientais, dentre outras (PINTO *apud* STEWART, 2011).

² De acordo com Mingst e Arreguín-Toft (2014), os Estados vem enfrentando novos desafios como a globalização, crime e movimentos transnacionais, este último de bases ideológica e religiosas, movimentos etnonacionais e Estados Falidos.

³ Relatório da Comunidade Brasileira no Exterior (BRASIL, 2022).

insegurança provocada por instabilidades sociopolíticas e econômicas poderá deteriorar-se a tal ponto de constituir uma ameaça e, na pior das hipóteses, um risco à integridade física destes nacionais, refletindo na necessidade de retirada destes do país em crise.

A Política Nacional de Defesa (PND) estabelece como um de seus Objetivos Nacionais de Defesa (OND) a salvaguarda de pessoas, bens, recursos e interesses nacionais no exterior. Este documento de alto nível traça diretrizes por intermédio da Estratégia Nacional de Defesa (END), no que tange ao preparo e emprego das Forças Armadas para a manutenção da capacidade de pronta-resposta ante possíveis crises e ameaças, preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (BRASIL, 2020f).

Em um ambiente de agravamento de crise no exterior, poderá surgir a necessidade de retirada de cidadãos, sejam eles brasileiros ou pessoas de interesse para o país, que, conforme o nível de segurança da situação local, somente uma força militar será capaz de empreender tal ação.

Em contrapartida, o Poder Naval, particularmente valendo-se de um Conjugado Anfíbio⁴, deve estar preparado para ser empregado frente a este cenário, como uma ferramenta de projeção de poder para a evacuação de não-combatentes⁵ com o intuito de proteger seus interesses nacionais. Por isso, torna-se necessário analisar as características que um Conjugado Anfíbio possui frente a realização de uma Operação de Evacuação de Não-Combatentes (OpENC).

Portanto, a seguinte questão de pesquisa foi levantada: O Conjugado Anfíbio proporciona ao Poder Naval as capacidades necessárias para seu emprego em Operações de Evacuação de Não-Combatentes? Para responder esta pergunta, o propósito deste trabalho será analisar a aderência dos conceitos e capacidades do emprego do Conjugado Anfíbio nas OpENC, por intermédio do estudo de duas OpENC, uma realizada pela Marinha de Portugal na Guiné-Bissau em 1998 e, outra pelos EUA, em meio ao conflito no Líbano em 2006.

O objeto deste estudo é fazer uma análise comparativa do emprego do Conjugado Anfíbio e das ações desencadeadas nas duas OpENC citadas acima, utilizando-se de um desenho de pesquisa em teoria versus realidade, apoiado em revisão bibliográfica. Destaca-

⁴ Uma Força Naval composta de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, organizados taticamente para o emprego em diversos tipos de missão (BRASIL, 2020a).

⁵ O termo não-combatentes pode ser entendido por civis e militares brasileiros não participantes da operação, nacionais do país anfitrião e de outros Estados selecionados pelo governo brasileiro (BRASIL, 2020b).

se que no âmbito deste estudo, não será estabelecido hipótese, uma vez que a natureza da questão heurística será abordada no capítulo de conclusão.

Para alcançar o escopo estabelecido, o trabalho será estruturado em seis capítulos, sendo quatro de desenvolvimento, além da presente introdução e da conclusão. Assim, o segundo capítulo, abordará um estudo da Doutrina Militar Brasileira, no que concerne aos conceitos do Conjugado Anfíbio e das OpENC, precedido de uma análise da evolução das missões das Marinhas no século XXI frente às novas ameaças.

Nos capítulos três e quatro, será realizada uma análise dos principais aspectos de duas OpENC. Primeiro, sobre a Operação Crocodilo, realizada pela Marinha de Portugal na Guiné-Bissau em 1998, cujo país encontra-se localizado no entorno estratégico brasileiro⁶. Em seguida, será explorada uma das maiores OpENC já empreendidas pelos EUA, ocorrida durante o conflito no Líbano em 2006.

Em ambos os casos, haverá uma abordagem de contextualização geográfica e de antecedentes históricos, que originaram as crises nos dois países e, logo após, serão discorridas ações resultantes para a evacuação dos não-combatentes.

O quinto capítulo apresentará uma comparação entre as ações desencadeadas das OpENC tratadas anteriormente e o emprego do Conjugado Anfíbio, visando contribuir com o avanço da doutrina, bem como das capacidades operativas da Marinha do Brasil (MB).

Ao término do presente estudo, o sexto capítulo trará as considerações finais acerca da questão central e apresentará possíveis abordagens, não contempladas nas análises do presente trabalho, para futuras pesquisas sobre o tema. Não obstante, será ressaltado a relevância deste assunto para a MB.

⁶ O entorno estratégico, como se observa na FIG.3 (ANEXO C) pode ser “compreendido pelos seguintes limites geoestratégicos: ao Norte, o paralelo 16ºN; ao Sul, o Continente Antártico; a Leste, pelo litoral da África Ocidental; e ao Oeste, pela América do Sul” (BRASIL, 2020c, p. 18).

2 ASPECTOS TEÓRICOS

Com o intuito de respaldar as análises e conclusões do presente trabalho, a partir deste capítulo, serão abordados alguns conceitos que levaram a evolução das Operações Anfíbias⁷ (OpAnf) no século XXI, com o surgimento de uma quinta modalidade de operação lançada a partir do mar, corroborando com o pensamento estratégico de Geoffrey Till⁸, cujos elementos darão suporte a esta pesquisa.

Todavia, de forma a limitar o estudo, o mesmo apresentará alguns aspectos relacionados a aplicação deste novo modelo de operação ao conceito do Conjugado Anfíbio, apresentando três possíveis cenários de emprego do Poder Naval, conforme contido na Doutrina Militar de Defesa Brasileira.

O cenário escolhido para analisar a aderência da aplicabilidade do Conjugado Anfíbio e, um dos mais prováveis de ocorrer, é o da OpENC, devido a um mundo gradativamente mais globalizado e interconectado. Desta forma, cresce de importância esta análise, principalmente, pelo recrudescimento do protagonismo internacional do Brasil perante o cenário mundial.

Esta coletânea de informações trará amparo e fundamentos para a posterior reflexão sobre a aplicabilidade das capacidades do Conjugado Anfíbio nas OpEnc, por intermédio de uma análise comparativa com duas operações realizadas por duas Marinhas de classificação de poder⁹ díspares, a de Portugal e a dos EUA (TILL, 2018).

Este capítulo está constituído de três seções: na primeira, haverá um breve histórico sobre a adoção de uma nova modalidade de OpAnf; na segunda, será apresentada uma compreensão referente ao Conjugado Anfíbio e sua contribuição para o Poder Naval; e, na última seção, algumas considerações sobre OpEnc e sua importância para a segurança nacional serão abordadas, bem como os ambientes nos quais a mesma poderá ocorrer.

⁷ Operação naval lançada do mar, por uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), sobre região litorânea hostil, potencialmente hostil ou mesmo permissiva, com o propósito principal de introduzir uma Força de Desembarque (ForDbq) em terra para cumprir missões designadas (BRASIL, 2017, p. 37).

⁸ Autor de *Sea Power: A Guide for the Twenty-First Century*, Geoffrey Till é uma autoridade reconhecida em estratégia marítima do passado e do presente. Ex-Reitor de Estudos Acadêmicos no *Joint Services Command and Staff College* do Reino Unido, ele é atualmente Professor Emérito no *King's College London*.

⁹ Geoffrey Till traz em seu artigo o modelo de Lindberg-Todd para sistematizar a classificação das Marinhas, ordenadas basicamente por tipos e capacidades dos meios navais. A Marinha dos EUA está no nível 1, enquanto a Marinha de Portugal está entre o nível 5 e 6. Porém, embora o Poder Naval destes países possa ser bem diferente, no mundo atual eles podem ter de enfrentar os mesmos desafios e dificuldades (TILL, 2018).

2.1 UMA EVOLUÇÃO NO CONCEITO DAS OPERAÇÕES ANFÍBIAS

O período da Segunda Guerra Mundial (2ª GM) (1939-1945) pode ser visto como o apogeu das OpAnf, quando mais de seiscentas operações foram realizadas, variando em dimensão e/ou dificuldade, sejam elas descritas como Incursão, Demonstração, Retirada ou Assalto Anfíbio. Segundo alguns analistas militares, a 2ª GM foi a verdadeira “época de ouro das OpAnf”, onde ocorreu a maior operação lançada a partir do mar da história, com o desembarque de tropas na Normandia (RODRIGUES, 2011).

Contudo, conforme Gavião (2010), ao traçar um panorama referente as OpAnf clássicas, desde a 2ª GM até os dias atuais, podem ser observados vários altos e baixos com relação ao número de ações desta envergadura, realizadas ao redor do mundo, onde pode-se chegar a um visível questionamento, por alguns autores, da real necessidade de um Estado possuir tropas anfíbias.

Com o avanço tecnológico após a 2ª GM, assim como a evolução dos meios aéreos, o surgimento dos mísseis e o advento das armas nucleares, foi-se cogitado o fim das OpAnf e que as mesmas tinham se tornado um conceito ultrapassado (RODRIGUES, 2011).

Porém, o mundo estará ininterruptamente em constante evolução, tal como as doutrinas, meios e materiais das Forças militares, fazendo surgir novos desafios para o Estado. Isto posto, mesmo com todos esses questionamentos e incertezas, é crível a necessidade de se manter no rol de capacidades de emprego militar, uma tropa expedicionária, de pronto emprego e com aptidão de serem lançadas a partir do mar.

Com o fim da Guerra Fria¹⁰ (1947-1991), tem-se o recrudescimento da globalização, onde foi observado o surgimento de novas questões de segurança, nas quais os Estados não estavam acostumados a lidar. Conflitos de larga escala dão lugar a crises de menor envergadura com o advento dos desafios híbridos, que desfocam a guerra convencional e ameaçam a segurança, a paz e a estabilidade das relações internacionais (GAVIÃO, 2010).

Almeida (2014) corrobora com este pensamento e descreve que as Marinhas mais tradicionais começam um processo de evolução:

¹⁰ Segundo Bobbitt (2003) foi um período caracterizado pela bipolaridade entre os Estados Unidos da América (EUA) e a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS), que ocorreu no período de 1947 até 1991. Apesar das hostilidades, não se chegou a um enfrentamento efetivo de meios militares entre estes países.

Desde o fim da Guerra Fria, as principais Marinhas do mundo alteraram o foco de emprego de seus Poderes Navais. [...] A partir da década de 1990, o antagonismo se desvaneceu, dando lugar a surgimento de crises internacionais que variavam tanto na intensidade quanto em localização e motivação.

Essa mudança no ambiente fez com que ampliada a capacidade das Marinhas de atuarem não apenas “no mar”, mas “a partir do mar”, procurando mitigar ou, mesmo, evitar crises que pudessem ameaçar a estabilidade política e econômica de um mundo globalizado. (ALMEIDA, 2014, p. 3).

Tais crises podem abalar as estruturas de não só uma, mas de várias nações, e podem conter inúmeras variáveis, desde disputas religiosas, culturais e étnicas, estados falidos ou, até mesmo, causadas por grupos criminosos, como traficantes, piratas e terroristas. O ambiente de operação, que antes tinha um inimigo claramente definido, já não é mais tão facilmente identificável.

Till (2018) aponta que o Poder Naval tem um grande papel no cerne do processo de globalização e, no sentido de assegurá-lo, haverá uma tendência crescente para atividade naval na resposta em todo o espectro de risco, ameaça e conflito. Para tal, as Marinhas devem desenvolver forças e estratégias para cumprir a diversidade de tarefas navais que tenderão a crescer, com foco nas operações expedicionárias¹¹ e de estabilidade/assistência humanitária. Este mesmo autor reforça que as OpENC podem se enquadrar nas duas operações listadas anteriormente.

Portanto, utilizando-se de sua capacidade anfíbia, o Poder Naval deverá, nesta nova trajetória da história, ser capaz de projetar seu poder sobre terra em uma variada gama de operações, estejam elas compreendidas no âmbito da Guerra Naval, do Emprego Limitado da Força e até das Atividades Benignas, podendo operar em qualquer tipo de ambiente.

Assim, a Marinha dos EUA, como as Marinhas de todo o mundo e, inclusive, a do Brasil, mostram-se preocupadas com estes novos paradigmas do século XXI, como a globalização, novos atores não-estatais, desastres naturais, dentre outros, conforme descrito no artigo *A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower*:

A **globalização** também está moldando os padrões de migração humana, saúde, educação, cultura e condução de conflito. Os conflitos são, cada vez mais, caracterizados por uma mistura híbrida de táticas tradicionais e irregulares, planejamentos e execuções descentralizados e **atores não-estatais** que usam recursos simples e tecnologias sofisticadas de modo inovador [...]; A grande maioria da **população mundial** vive em poucas centenas de milhas dos oceanos. A

¹¹ Segundo Till (2018), podem ser entendidas como Operações militares que podem iniciar em um curto prazo, consistindo em forças autossustentáveis destacadas para cumprir um objetivo definido em um país estrangeiro. As OpENC também podem ser enquadradas neste tipo de operação. Ressalta-se que o conceito de Conjugado Anfíbio se encaixa no cumprimento desta modalidade de missão naval.

instabilidade social em cidades cada vez mais lotadas, muitas das quais existem em partes já instáveis do mundo, tem o potencial de criar distúrbios significativos (ESTADOS UNIDOS, 2007, p. 6-7, tradução nossa, grifo nosso)¹².

Diante de tais demandas, vários países começam a perceber uma necessidade de mudança de pensamento no emprego do Poder Naval, principalmente, no que tange ao combate ou intervenção “a partir do mar”, projetando sua força em terra, por meio de uma OpAnf, visando uma resposta rápida às situações de crises decorrentes de vários fatores como desastres ambientais, crescimento populacional, terrorismo, problemas gerados por divergências políticas, sociais e étnico-religiosas (FERREIRA, 2016).

Esta mudança ou o que pode ser chamado de evolução ficou caracterizado como Renascimento Anfíbio, onde buscou-se realizar vários exercícios anfíbios, revisões doutrinárias e desenvolvimento de meios e tecnologias, culminando na cedência e inovação do conceito de OpAnf, apontando um rumo para o futuro do emprego das Marinhas (FERREIRA, 2013).

Portanto, estender o conceito tradicional das OpAnf tornou-se inevitável, inclusive, para a MB, no sentido de adequar e ampliar as capacidades e possibilidades do emprego do Poder Naval não só em operações de combate, mas também, nas inúmeras soluções de crise que poderiam vir a ocorrer nos mais variados ambientes operacionais.

Para tal, surge em 2014, na Doutrina Militar Naval (DMN), uma quinta modalidade de OpAnf: a Projeção Anfíbia.

Hoje, a DMN caracteriza esta OpAnf como:

A **Projeção Anfíbia** utiliza-se das capacidades intrínsecas do **Conjugado Anfíbio** para introduzir em área de interesse, a partir do mar, meios para cumprir tarefas diversas em apoio a operações de guerra naval ou relacionadas, dentre outras contingências, com a **prevenção de conflitos e a distensão de crises**. É, também, apropriada para a condução de atividades de emprego limitado da força e benignas, tais como **Operação de Evacuação de Não-Combatentes (OpENC)**, operações de apoio a uma Força de Paz, resposta a desastres ambientais e operação humanitária (BRASIL, 2017, p. 40, grifo nosso).

Não obstante, as OpAnf clássicas ainda manterem seu papel de importância, contudo, Till (2018) as classifica como Operações competitivas, de menor probabilidade de ocorrência,

¹² No original em inglês: “Globalization is also shaping human migration patterns, health, education, culture, and the conduct of conflict. Conflicts are increasingly characterized by a hybrid blend of traditional and irregular tactics, decentralized planning and execution, and non-state actors using both simple and sophisticated technologies in innovative ways. The vast majority of the world’s population lives within a few hundred miles of the oceans. Social instability in increasingly crowded cities, many of which exist in already unstable parts of the world, has the potential to create significant disruptions.”

e a Projeção Anfíbia é qualificada como Operações colaborativas, de maior probabilidade de ocorrerem, em virtude dos problemas do mundo moderno, já listados anteriormente, bem como uma maior integração das Forças no cenário mundial.

Corroboram para este pensamento, os dados publicados em 2010, pela Marinha dos EUA, por intermédio do *Marine Corps Operating Concepts*, no qual descreve que, das mais de 120 OpAnf realizadas pelas forças-tarefas anfíbias dos EUA nas últimas duas décadas, 78 delas foram categorizadas como Projeção Anfíbia (STEWART, 2011).

Ressalta-se na definição de Projeção Anfíbia dois termos que são base no presente trabalho: Conjugado Anfíbio e OpENC. Portanto, cresce de importância a análise destes termos separadamente para posterior verificação da compatibilidade de ambos.

Serão vistos a seguir aspectos relacionados ao Conjugado Anfíbio sobre o ponto de vista da doutrina e, a partir deste, serão abordados alguns cenários de aplicação na condução de uma Projeção Anfíbia.

2.2 ASPECTOS DO PODER NAVAL E DO CONJUGADO ANFÍBIO

O Livro Branco de Defesa Nacional¹³ (LBDN) (2020d) traz que a Defesa é um importante vetor para a Política Externa e oferece garantias imprescindíveis para a atuação do país no cenário internacional, caracterizado por incertezas provocadas por alguns fatores, como o fenômeno da globalização e as crises econômico-financeiras, sociais, ambientais e energéticas que podem trazer reflexos para a segurança internacional e para a paz.

A globalização reduziu espaços, ampliou os acessos a progressos tecnológicos, facilitou o movimento de pessoas e de comércio, porém, proporcionou a disseminação de ameaças diversas (ZUCCARO; SOARES, 2002).

Soma-se a este clima de instabilidade o aumento exponencial do crescimento populacional, onde cerca de 75% da população mundial vive na faixa que dista apenas 300 quilômetros do litoral. As grandes metrópoles do mundo são cidades litorâneas ou estão próximas da costa (DEZA, 2006).

¹³ Documento de mais alto nível acerca das atividades de defesa do Brasil, sendo a principal referência para a sociedade brasileira sobre as Forças Armadas e suas características.

Logo, percebe-se a importância do Poder Naval em possuir uma capacidade militar, que possa projetar poder para fora do seu território, com a competência de realizar desembarques de tropa e operações aéreas lançadas a partir do mar em contribuição ao Poder Nacional¹⁴.

Tal capacidade é descrita e reconhecida na MB, conforme o conceito de Conjugado Anfíbio, onde forças navais são compostas basicamente por meios navais, de fuzileiros navais e aeronavais, integrados harmoniosamente no intuito de empregar, tempestivamente, uma força autossustentável, em um local distante de sua base, sob condições severas e por um determinado período (STEWART, 2011).

Em consonância com as ações e diretrizes estratégicas estabelecidas na PND, bem como contribuir de forma significativa para os objetivos nela listados, as capacidades intrínsecas do Conjugado Anfíbio proporcionam condições apropriadas para a condução de missões em um amplo espectro de operações, como vetor de pronta reposta (BRASIL, 2020a).

Dentre estas contribuições, para expressão militar do poder do país, têm-se aquelas que se relacionam com a manutenção de uma estrutura de Projeção Anfíbia, com meios aprestados e preparados, compatível com um Poder Naval crível, proporcionando ao Brasil a busca de um papel de destaque no cenário internacional. O uso do mar como espaço de manobra e projeção de poder cria condições vantajosas, também no campo diplomático, para que líderes possam negociar a distensão de crises (VELLOSO, 2010).

Visando cumprir o descrito na END, documento de alto nível, baseado em capacidades, que visa o preparo e o emprego do Poder Nacional no sentido de fortalecer e consolidar o papel do Brasil no concerto das nações, a DMN lista as capacidades da MB em forma de tarefas, nas quais o Poder Naval será condicionado a cumprir.

Apesar do Conjugado Anfíbio ser uma estrutura militar que possa ser utilizada nas quatro tarefas básicas do Poder Naval¹⁵, sendo reforçado pela DMN ao afirmar que “o Poder Naval compreende os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais[...]” (BRASIL, 2017, p. 5), este conceito está intrinsecamente relacionado com a projeção de poder sobre terra de forças de caráter expedicionário em áreas de interesse, em um amplo espectro de atuação, na realização de OpAnf, em particular de Projeção Anfíbia.

¹⁴ Poder Nacional pode ser, segundo a PND, “compreendido como a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, o qual se manifesta em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica.” (BRASIL, 2020f, p. 11).

¹⁵ Segundo a DMN (2017), as tarefas básicas do Poder Naval são: controle de áreas marítimas, negação do uso do mar, projeção de poder sobre terra e contribuição para a dissuasão.

Cabe lembrar que quando o verbete “expedicionário” é mencionado, tem-se a concepção de rapidez, expedito, pronto emprego e aprestado, para cumprir missões designadas distante dos seus locais de estadia. Isto somente será cumprido com uma sinergia entre as tropas de Fuzileiros Navais, organizados em Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais¹⁶ (GptOpFuzNav), e os meios navais e aeronavais que proporcionam a mobilidade necessária.

A PDN (2020f) mostra claramente o compromisso do Brasil de se dispor da competência de projetar poder, seja na contribuição de processos decisórios no cenário internacional, na defesa de interesses do país no exterior ou para integrar forças multinacionais em operações regidas pelo Conselho de Segurança das Organizações das Nações Unidas (CSONU).

Para tal, a rápida resposta, a prontificação dos meios e o caráter expedicionário para o posicionamento oportuno e adequado do Conjugado Anfíbio podem abarcar todas as características de flexibilidade, versatilidade, mobilidade e permanência do Poder Naval (BRASIL, 2020a).

A sinergia do uso dos três grandes ambientes, terra, ar e mar caracteriza o Conjugado Anfíbio com o uso de meios navais para o deslocamento e alcance de grandes distâncias, o uso de embarcações ou meios aéreos para projetar tropas totalmente adaptadas e treinadas para edificar seu poder combatente em terra, corroborando com as características listadas acima do Poder Naval. Logo, tais características também são inerentes ao Conjugado Anfíbio.

Neste contexto, serão destacados abaixo três situações com a possibilidade de solução por intermédio do emprego das Forças Armadas, em particular de um Conjugado Anfíbio por meio de operações de Projeção Anfíbia.

A primeira delas seria na resolução de crises ou conflitos, regionais ou internos, no escopo de Operações de paz¹⁷ (OpPaz), seja no emprego de meios pacíficos, seja no uso da força como medida para resolução de conflitos, conforme previsto nos capítulos VI e VII da Carta das Nações Unidas (LAGE, 2011).

¹⁶ Definido como “organização para o emprego de tropas de Fuzileiros Navais, constituída para o cumprimento de missão específica e estruturada segundo o conceito organizacional de componentes, que agrupa os elementos constitutivos, de acordo com a natureza de suas atividades” (BRASIL, 2020a, p. 47).

¹⁷ Definido como o Emprego da força militar, para manter, impor ou construir a paz em país estrangeiro, desenvolvidas visando ao cumprimento de resoluções ou acordos definidos por conceitos básicos e essenciais estabelecidos nas legislações específicas dos organismos internacionais (BRASIL, 2017).

Estas operações podem ser de caráter naval, com meios de fuzileiros navais operando embarcados em navios ou, de caráter terrestre, com meios, pessoal e material, sendo transportados por navios e desembarcando em um ponto ou porto de apoio, para desenvolver operações puramente terrestres (BRASIL, 2017).

Um segundo cenário provável seria a participação em Operações Humanitárias¹⁸ (OpHum), em virtude do aumento da ocorrência de desastres naturais, como terremotos e tsunamis. Forças anfíbias poderiam ser conduzidas a partir do mar para prestar ajuda humanitária com o objetivo de aliviar ou reduzir os efeitos destas catástrofes.

Uma terceira possibilidade de emprego seria a salvaguarda da vida e do bem-estar de cidadãos brasileiros que residem no exterior. Quando suas vidas ou integridade física são ameaçadas por conflitos ou crises, torna-se necessária a retirada destes para um local seguro por meio da realização de uma OpENC.

Cabe ressaltar que a OpENC pode ocorrer antes ou concomitantemente aos dois cenários listados acima. Assim sendo, torna-se notável o estudo da aplicação do Poder Naval, em particular do Conjugado Anfíbio, na realização deste tipo de operação consoante a um dos objetivos nacionais listados na PND.

Isso posto, ao se utilizar do conceito de Conjugado Anfíbio, pode-se valer da Projeção Anfíbia como instrumento de uma OpENC.

A seguir, serão abordados alguns aspectos substanciais da doutrina de OpENC, bem como os possíveis ambientes operacionais em que podem ocorrer.

2.3 OPERAÇÕES DE EVACUAÇÃO DE NÃO-COMBATENTES

Na atualidade, as grandes potências mundiais precisam encontrar respostas às novas ameaças causadas pela constante mutação do cenário externo, sendo este inseguro, assimétrico e globalizado, presente cada vez mais nas relações internacionais.

A ocorrência de crises ou conflitos internos ocasionados por problemas sociais, ou étnico-religiosos, instabilidades políticas, terrorismo internacional, calamidades e delitos transnacionais, tal qual a necessidade de manter as prioridades e interesses nacionais no

¹⁸ Operação realizada no exterior que visa “reduzir os efeitos de desastres naturais ou acidentes provocados pelo homem, que representem séria ameaça à vida ou resultem em extenso dano ou perda de propriedade, e para prestar assistência cívico-social” (BRASIL, 2017, p. 80).

exterior, demandaram do Estado uma maior capacidade de gestão política e de emprego da expressão militar do Poder Nacional¹⁹ (LAGE, 2011).

O Brasil vem assumindo cada vez mais seu protagonismo na esfera mundial, sendo visto um aumento considerável da população brasileira no exterior. Conforme dados do MRE, mais de quatro milhões de brasileiros residem fora do país. Cada vez mais se percebe empresas e organizações brasileiras se instalando no exterior em busca de menores custos e mão-de-obra barata (BRASIL, 2022).

Atendendo a uma eventual necessidade de proteger e garantir a integridade física dos nacionais e, na pior hipótese, prover a retirada destes do país ou região em crise, verifica-se a possibilidade de valer-se da utilização de uma força militar.

Na conjuntura deste ambiente, Silva (2011) relata:

[...] as **crises políticas e econômicas** e o relacionamento entre os países têm deixado cidadãos em trânsito ou mesmo estabelecidos em territórios estrangeiros em situação incômoda perante os governos desses países, colocando em alerta a estrutura de evacuação disponível para o repatriamento. Além disso, **conflitos étnicos e religiosos**, a exacerbação do nacionalismo e da xenofobia, a atuação de **organizações criminosas transnacionais** e as **catástrofes naturais** têm mobilizado meios diplomáticos e militares para o suporte ao **retorno de nacionais** aos seus países de origem. (SOUZA JÚNIOR *apud* SILVA, 2011, p. 15, grifo nosso).

Portando, diante desta tempestiva situação, a PND estabelece como dois de seus OND: “assegurar a capacidade de Defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas; salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior” (BRASIL, 2020f, p. 25).

Logo, com o objetivo de retirar pessoas de áreas onde a deterioração das condições de segurança está colocando vidas em situação de calamidades, o Brasil deve possuir a capacidade de planejar e executar operações militares para a evacuação de não-combatentes.

Em conformidade com o descrito acima, quando a situação exigir, o Governo Brasileiro prevê a execução de operações militares no intuito de resgatar nacionais e pessoas de interesse no exterior em situação de risco, sendo estas nomeadas de Operações de Evacuação de Não-Combatentes e definida na Doutrina Militar pelo alto escalão das Forças Armadas como:

¹⁹ Entende-se por expressão do militar do Poder Nacional o conjunto de meios e pessoas, prioritariamente de natureza militar, que atua conforme a vontade nacional e sob a direção do Estado Brasileiro, contribuindo para alcançar e manter os objetivos nacionais. O Poder Naval é uma componente deste (BRASIL, 2017).

Operações de Evacuação de Não-Combatentes (OpENC) - Operação conduzida com o propósito de evacuar pessoal civil de nacionalidade brasileira e militares brasileiros impossibilitados de prover adequadamente sua autodefesa de países onde exista uma ameaça à sua segurança ou onde exista uma situação de calamidade. (BRASIL, 2015, p. 192).

Segundo Till (2018), na conjuntura militar, ainda que as três forças singulares estejam aptas a executarem este tipo de operação, forças navais têm uma maior mobilidade estratégica²⁰ que, por muitas vezes, podem chegar primeiro em uma área em crise e fornecer um ambiente seguro, no qual estas operações precisam para prosseguir.

O Conjugado Anfíbio, organizado como uma Força-Tarefa Anfíbia²¹ (ForTarAnf), é um vetor de pronta resposta e vale-se dos meios navais e da liberdade de navegação do mar, bem como das características intrínsecas do Poder Naval para conduzir OpENC, operações tipo Projeção Anfíbia, assumindo relevante destaque no atual cenário.

Marinhas poderosas, como a do Reino Unido e a dos Estados Unidos, estão aptas e já realizaram inúmeras OpENC ao longo da história. Ressaltam-se algumas delas, como Chipre em 1974, Serra Leoa em 2000 e Líbia em 2011, todas realizadas pelo Reino Unido e Libéria em 1990, Eritreia em 1998 e no Líbano em 2006, realizadas pelos EUA (TILL, 2018).

É importante destacar que os EUA já conduziram dezenas deste tipo de operação (QUADRO 1, ANEXO D) em inúmeros países ao redor do globo (GLOBAL SECURITY, 2014).

Assim, o Brasil deve buscar e manter a capacidade de realizar OpENC, uma vez que estas tornam-se cada vez mais prováveis de ocorrer, quanto mais influente for a Política Externa Brasileira no atendimento aos anseios do nosso país. O Governo Brasileiro não pode mais vivenciar as dificuldades sofridas na evacuação de nacionais, como ocorreram na Guiné-Bissau em 1998, conforme descrito por ZUCCARO e SOARES (2002) e no Líbano, em 2006.

Como particularidade, embora as OpENC sejam conduzidas pelo Ministério da Defesa (MD), as mesmas são solicitadas pelo MRE ao Presidente da República. O Embaixador do país anfitrião é a autoridade responsável em requisitar a evacuação dos nacionais ao MRE.

Logo, por estas operações terem um forte caráter político, cresce de importância a estreita coordenação e manutenção de laços com o MD, uma vez que o Embaixador tem um grande poder decisório durante a evacuação (BRASIL, 2020e).

²⁰ Condição que permite o deslocamento rápido de Forças militares, para área de atuação, em território nacional ou no exterior, para viabilizar a defesa e garantia dos interesses nacionais (BRASIL, 2020f).

²¹ Organização por tarefas destinada a realizar Operações Anfíbias. É constituída por uma Força Naval e uma Força de Desembarque (BRASIL, 2021).

As OpENC são caracterizadas pela incerteza e podem ser desencadeadas sem uma certa previsibilidade, principalmente, devido a mudanças na política vigente no país hospedeiro, tal qual outros fatores que possam ameaçar os cidadãos brasileiros.

Desse modo, quando ativadas as estruturas militares, um dos fatores mais importantes para o planejamento da operação é o conhecimento e preparação de uma força com capacidade de operar em um ambiente volátil, que pode alterar de permissivo para incerto ou até mesmo hostil, rapidamente.

Antes de debater sobre os tipos de ambientes operacionais, cabe destacar que as tropas de fuzileiros navais, componente do Conjugado Anfíbio, organizadas em GptOpFuzNav, tem uma característica precípua chamada expansibilidade, caracterizado também, de certa maneira, pela possibilidade de embarque do material e pessoal nos meios navais, outro componente do Conjugado Anfíbio.

Em virtude da necessidade de estar em condições para atuar imediatamente em um local de crise ou conflito, uma Força Naval pode deslocar-se em um curto espaço de tempo e, em função de sua estrutura modular, ela possui a capacidade de expandir seu efetivo, mesmo com a missão iniciada, sem prejuízo da mesma (BRASIL, 2020a).

Essa característica cresce de importância em locais onde o ambiente operacional pode alterar-se repentinamente ou quando todos os meios para o desencadeamento das ações ainda não estão disponíveis, mas a situação exige uma resposta imediata.

Com relação aos ambientes operacionais onde pode-se desencadear um OpENC, o primeiro deles é o ambiente permissivo, onde o país anfitrião mantém o controle institucional, assim como a capacidade de apoiar as operações militares em seu território, por intermédio de forças militares e de segurança pública (GAVIÃO, 2010).

Neste ambiente, não é esperado algum tipo de resistência a OpENC, podendo ser reduzido o efetivo de militares empregado na missão, sem desconsiderar a manutenção de uma pequena parcela da Força empregada como equipe de reação, para prover certa segurança, caso ocorra ameaças inopinadas.

Já o ambiente incerto é caracterizado por aquele no qual as forças do país anfitrião, apesar de não terem objeção às atividades desencadeadas para a retirada dos nacionais, não possuem o controle efetivo sobre o seu território ou população (BRASIL, 2020e).

As operações neste tipo de ambiente serão conduzidas sob a possibilidade de reação armada. Portanto, durante a execução das ações, deverão ser previstas unidades de segurança e de reação, caso a missão assim necessite.

O ambiente hostil pode ser caracterizado pela interação de forças hostis, seja pela postura do governo do país anfitrião, seja pela perda do controle da situação. Nesta conjuntura, há risco iminente na permanência dos nacionais naquele país e ações para a evacuação destes serão sob condições austeras (BRASIL, 2020b).

Destaca-se um minucioso planejamento das forças de segurança que atuarão no local, bem como o controle das operações desencadeadas.

Por conseguinte, pode-se dizer que o GptOpFuzNav, organização modular com capacidade de expansão segundo a necessidade de emprego, embarcado em meios navais, valendo da flexibilidade e rapidez dos meios aeronavais, torna-se um elemento com capacidade ímpar para realizar tal operação.

Por fim, observa-se que a OpENC é uma operação cuja finalidade é de evacuar não-combatentes de um país, onde possa existir ameaças a sua segurança. O fato de não estarmos em guerra com o país hospedeiro, a torna muito mais complexa, devendo ser levado em consideração a evolução dos ambientes operacionais devido a diversos fatores, bem como um certo nível de trabalho no campo político para a possibilidade da realização da operação.

Diante disso, pode-se ressaltar que o emprego do Conjugado Anfíbio, em aderência com a condução de OpENC, deve evoluir segundo o ambiente a ser empregado. Mesmo com a mudança de paradigma do conceito de inimigo ou ameaça, as OpAnf ainda continuam válidas, agora com mais uma nova modalidade, que ampliou seu espectro de missões, respaldando o uso do Poder Naval em uma nova gama de variedades de atividades.

A partir dessa perspectiva, no próximo capítulo, será realizada uma abordagem sobre a Operação Crocodilo, realizada pela Marinha de Portugal, na Guiné-Bissau, em 1998, onde brasileiros foram evacuados com o apoio português.

Logo após, será exposto em outro capítulo, particularidades referentes a uma das maiores OpENC já realizadas pela Marinha dos EUA, no Líbano, em 2006, para depois analisar o conceito de Conjugado Anfíbio com a realidade histórica em um capítulo subsequente, a fim de alcançar o propósito deste trabalho.

3 A OPERAÇÃO CROCODILO

Após a análise feita anteriormente sobre os conceitos referentes às peculiaridades do Conjugado Anfíbio e da OpENC, neste capítulo serão apresentadas as principais considerações da operação realizada por Portugal na Guiné-Bissau, em 1998, denominada Operação Crocodilo, em virtude da necessidade de retirada de seus nacionais em um ambiente de insegurança, devido à crise civil-militar instalada no país.

Para uma melhor compreensão do contexto da operação em sua totalidade, será realizada uma sucinta descrição dos panoramas geográficos e históricos do país até o referido conflito, bem como a relação deste com Portugal. Esta análise, em conjunto com o relato das atividades desenvolvidas por Portugal, tem como intenção proporcionar o sustentáculo necessário para a validação ou não da aderência dos conceitos de Conjugado Anfíbio nas OpENC.

Nesse intuito, o presente capítulo será dividido em três seções: a primeira trará um histórico da Guiné-Bissau e uma visão do conflito; a segunda e a terceira farão uma exposição de fatos a respeito dos preparativos para a operação, bem como o motivo da escolha pela utilização dos meios navais, ressaltando as ações e operações realizadas no período e suas consequências.

É importante destacar que a amplitude da intervenção portuguesa na Guiné-Bissau foi muito bem conduzida no sentido de não tomar parte do conflito, uma vez que Portugal não tinha problemas políticos com ambos os lados da contenda, agindo cirurgicamente na retirada dos nacionais e na mediação, na tentativa de resolver esta crise, sendo considerada pela imprensa portuguesa uma operação de sucesso (RODRIGUES; SANTOS, 2007).

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E UMA VISÃO DO CONFLITO

A Guiné-Bissau é um dos países mais pobres e frágeis do mundo, localizado na costa atlântica do continente africano que abrange um arquipélago chamado Bijagós, composto por mais de 100 ilhas (BANCO MUNDIAL, 2023).

Situada entre o Senegal, ao norte, e a Guiné-Conacri, ao sul e, a leste, o referido país compreende uma área por volta de 36.000 km² e uma população estimada em 1,8 milhões de

habitantes²². Apesar da língua oficial ser o português, apresenta uma variedade de grupos étnicos, línguas e religiões (BANCO MUNDIAL, 2023).

Sua capital é Bissau, uma das maiores e mais importante cidades do país, localizada próxima da entrada do Rio Geba, onde se encontra o principal porto do país. Quanto ao transporte aéreo, Guiné-Bissau possui somente um aeroporto do tipo internacional. O Aeroporto Internacional Osvaldo Viera que fica localizado na região de Bissalanca, nas proximidades de Bissau (RODRIGUES; SANTOS, 2007).

Assim como o Brasil, Guiné-Bissau foi colonizada por Portugal, porém nos quatro séculos de domínio português (XV-XIX), Guiné, por repetida vezes, ficava esquecida em relação as outras colônias. A principal atividade que se desenvolveu na Guiné, justificando a presença portuguesa, foi o tráfico de escravos. Milhares de guineenses foram levados de seu país sob condição desumana para serem vendidos em outras colônias (CAMPOS, 2012).

Essa história de subserviência e escravidão marca um clima de revolta contra a presença portuguesa e de forte resistência contra os colonialistas, que repetidamente se utilizaram da superioridade bélica para impor sua vontade à força.

Contudo, fruto dos acontecimentos ocorridos na segunda metade do século XX, ressaltando a corrida entre os EUA e a Ex-URSS na busca de novos parceiros econômicos e políticos, o mundo começa a constatar a necessidade de reconhecer a independência dos países africanos. Corroborando, para isto, o princípio da autodeterminação dos povos descrito na carta da Organização das Nações Unidas (ONU) (CAMPOS, 2012).

A partir de 1950, tanto na Guiné como em outras colônias surgem vários movimentos pró-independência. Em 1960, desponta um movimento nacionalista liderado pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde²³ (PAIGC) que comandou, a partir 1963, uma longa e sangrenta guerra de libertação, alcançando independência do domínio português em 1974 (BIGAJÓ, 2011).

²² Trazendo uma comparação com a dimensão do Brasil, o Estado de Alagoas ocupa apenas a 25ª posição entre os estados brasileiros em extensão territorial, com 27.830,661 km² e não mais que 3,3 milhões de habitantes, dados de 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al.html>>. Acesso em: 21 mai. 2023.

²³ Fundado em 1956 por Amílcar Cabral, ainda como Partido Africano da Independência, tinha como objetivo a luta política e mobilização das massas pela liberdade nacional. Alguns anos mais tarde, após uma Conferência em Dacar, passa e se denominar PAIGC (CAMPOS, 2012).

A Guiné-Bissau foi a primeira colônia portuguesa na África a se tornar independente e o Brasil foi um dos primeiros a enviar ajuda para a reconstrução do país, devido à relação histórica e cultural que remonta desde a época colonial. Hoje, estes países fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa²⁴ (CPLP) e mantêm vários acordos de cooperação técnica nas áreas de energia, agricultura e minério.

Infelizmente, a vida política de Guiné-Bissau foi marcada, reiteradamente, por fortes instabilidades, sobretudo, geradas pela corrupção, que propiciaram inúmeros golpes de Estado. O PAIGC governou o país até 1980, quando um golpe militar derrubou o presidente da época, subindo ao poder João Bernardo Vieira, instaurando uma ditadura (BIGAJÓ, 2011).

Seu governo enfrentou uma série de crises econômicas, políticas e militares, tentativas de golpes de Estado, rebeliões, greves e assassinatos, como o do Ex-Vice-Presidente Paulo Correia. A mais grave delas ocorreu em junho de 1998, quando da revolta de militares descontentes com a demissão do Chefe do Estado-Maior, o General Ansumane Mané, acusado de tráfico de armas e munição, levou a uma Guerra Civil sem precedentes, que durou quase um ano e provocou a perda de muitas vidas e o deslocamento de centenas de milhares de pessoas (CAMPOS, 2012).

A fim de dar sequência às ações, será abordado, agora, como Portugal se preparou para o desencadear da operação.

3.2 OS PRIMEIROS PASSOS DE PORTUGAL

Segundo Rodrigues e Santos (2007), o agravamento da situação na República de Guiné-Bissau, após um golpe de Estado por Ansumane Mané, em sete de junho de 1998, fez com que Portugal tivesse que atuar no campo diplomático e militar. Primeiro, na tentativa de mediação e resolução do conflito e, segundo, assegurando a evacuação, em segurança, de cidadãos portugueses que procuravam deixar o país.

Para Portugal, membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), seria inédita uma intervenção militar no exterior fora do quadro de operação multinacional. Porém,

²⁴ Foro multilateral fundado em 1996 com o objetivo de aprofundar a amizade mútua e a cooperação entre os países lusófonos. Esta organização está pautada na promoção e difusão da língua portuguesa, bem como na cooperação nos campos das comunicações, justiça, cultura, desporto, dentre outros. Seus membros são Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Disponível em <<https://www.cplp.org/id-2763.aspx>>. Acesso em: 19 de mai. 2023.

dada a urgência da situação e o risco que os seus nacionais naquele país corriam, os portugueses não podiam se furtar em esperar ajuda de outros países. Devido ao passado histórico, Portugal possuía inúmeros negócios e empresas instaladas em Guiné-Bissau, com milhares de lusitanos vivendo naquela região (RODRIGUES; SANTOS, 2007).

Perante esta situação caótica, o Governo Português colocou em prática um plano previamente elaborado, chamado Operação Crocodilo, e instaurou um gabinete de crise, deslocando meios para países próximos, como Dacar e Cabo Verde. Constituiu-se uma força conjunta, a Força de Recolha na República da Guiné-Bissau (FORREG), com a missão de apoiar o regresso de cidadãos nacionais e estrangeiros que pretendessem serem evacuados (SANTOS, 2004).

Portugal solicitou apoio e cooperação ao governo da Guiné e facilidades também ao de Cabo Verde, onde, no dia 8 de junho, foi instalado um posto avançado de comunicações. Logo, esperava-se que o ambiente operacional, no desenrolar das ações em terra, tenderia de permissivo a incerto, devido aos conflitos que se agravavam a cada dia (RODRIGUES; SANTOS, 2007).

Entre os dias 10 e 12 de junho, a FORREG se instalou em Dacar, pois havia a intenção de que toda a operação fosse desencadeada com meios aéreos e terrestres para proceder uma ponte aérea entre Bissau e um local seguro. Entretanto, esta opção tornou-se inviável após a notícia de que os aeródromos guineenses, em particular o aeroporto internacional, estavam fora de operação, devido à insegurança dos fortes confrontos entre as forças do governo e os rebeldes (SANTOS, 2004).

Assumia-se cada vez mais que o componente naval da FORREG seria a única opção considerada viável para efeitos de evacuação. O Poder Naval pode oferecer certas vantagens em termos operacionais, como mobilidade e o transporte de meios, materiais e pessoal em uma escala maior e, em termos políticos, usa-se da liberdade de navegação do mar, podendo permanecer longos períodos na área de operações, não necessitando da permissão de outros países para operar, a não ser em águas territoriais.

Com relação aos meios navais adjudicados para o plano de contingência, estavam selecionados a fragata Vasco da Gama, as corvetas Honório Barreto e João Coutinho e um navio reabastecedor, o Bérrio, além de uma Força de Desembarque e um Destacamento de

Ações Especiais, ambos compostos por fuzileiros²⁵. Na fragata, ainda tinham embarcados dois helicópteros tipo *LYNX*, que tiveram uma importante participação nas retiradas dos nacionais (RODRIGUES; SANTOS, 2007).

Portanto, pôde ser visto que o Poder Naval foi expresso nesta operação, contemplando uma tríade de capacidades: terra, ar e mar, componentes cruciais de um Conjugado Anfíbio.

Embora, todos os navios pudessem embarcar passageiros, exceto o *Bérrio*, devido a questões de segurança nos momentos iniciais, a Marinha de Portugal sentiu a falta de um navio anfíbio ou multipropósito, com uma capacidade maior de embarque de pessoal. O *Bérrio*, foi uma unidade valiosa para a força, permitindo uma maior autonomia e permanência por períodos longos no mar. Em menos de 24 horas depois do acionamento, a Força Naval estava pronta e, às 13 horas do dia 11 de junho, iniciava seu deslocamento para Bissau (RODRIGUES; SANTOS, 2007).

Durante a travessia dos meios navais, não se pode deixar de ressaltar o brilhante auxílio de um navio civil, o *Ponta de Sagres*, administrado pela empresa *Portline*, que a par da situação, disponibilizou seu navio, que estava atracado em Cabo Verde, para resgatar nacionais em Bissau. No dia 11 de junho, o *Ponta de Sagres* atracou no porto de Bissau, onde a segurança era realizada pela Marinha guineense e por soldados senegaleses, em apoio ao governo, sobre forte tiroteio nas proximidades. A embaixada de Portugal tentava realizar o controle e verificação do pessoal sob um caos generalizado (RODRIGUES; SANTOS, 2007).

Inicialmente, a capacidade de resgate deste navio era de 600 pessoas, porém, ao final, foram embarcadas 2.250, dentre elas 400 eram portugueses. Os passageiros foram levados para Dacar e, de lá, por meios aéreos, foram enviados para Lisboa. Entretanto, ainda restavam muitos portugueses em situação de insegurança (SANTOS, 2004).

Embora o navio civil não tivesse sido requisitado pelo Governo Português, cabe ressaltar que muitos países, inclusive o Brasil, se valem da capacidade mobilização de meios marítimos civis, como descrito na END, para, de forma célere e compulsória, aumentar a capacidade de mobilidade do Poder Naval para se contrapor a uma situação de crise.

Com a Força Naval em trânsito, o abandono da linha de ação de uma evacuação aérea e as dificuldades de apoio em Dacar, o comando da FORREG decidiu mudar seu local de

²⁵ Durante a leitura do livro *Bissau em Chamas*, verificou-se que as tropas da Marinha de Portugal embarcadas eram sempre referenciadas com o termo fuzileiros, diferentemente da doutrina brasileira, onde o termo para designar as mesmas tropas seriam fuzileiros navais.

operação para um país com maiores facilidades. No dia 14 de junho, o comando deixou Dacar, em direção à Cabo Verde. Em 15 de junho, os navios militares chegaram a Bissau e receberam a ordem para entrar em águas territoriais e proceder com a evacuação, a fim de garantir a segurança e proteção dos cidadãos (RODRIGUES; SANTOS, 2007).

3.3 O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES

Em meio a uma chuva de projéteis, devido uma explosão nos paióis de armamento do Exército guineense, em 16 de junho, os três navios ligeiros chegaram nas proximidades do porto e começaram a lançar seus botes e helicópteros, para realizarem um reconhecimento inicial e proceder com a montagem da área de segurança neste local, para processar os refugiados. Devido ao grande caos na área portuária, viu-se a necessidade de desembarcar a equipe de reconhecimento de fuzileiros, que possuía treinamento específico e estava equipada para lidar com esta situação, no sentido de garantir a disciplina, o processamento e controle no embarque do pessoal (RODRIGUES; SANTOS, 2007).

Ao fim do dia, os três navios completaram suas operações e suspenderam rumo à Praia do Sal, em Cabo Verde, com um saldo total de 774 cidadãos nacionais e estrangeiros embarcados, mais que o dobro do total das tripulações somadas das três embarcações. Vencida as questões de segurança, cogitou-se a transferência destes evacuados para o navio Bérrio, porém, esta decisão foi descartada, devido às condições de debilidade física e o risco de acidentes em alto mar. Mais tarde, essas transferências foram realizadas por helicópteros, por conta da montagem de um pequeno hospital neste navio. (SANTOS, 2004).

O Bérrio foi crucial para o desenvolvimento das ações, pois permitiu o reabastecimento dos navios, garantindo a mobilidade e permanência na operação, o atendimento médico aos mais necessitados, assim como o embarque e distribuição de materiais e mantimentos na ajuda humanitária aos que não tinham possibilidade de sair da Guiné.

Nas semanas que se seguiram, o Poder Naval da FORREG realizou inúmeros traslados de ida e vinda, de Cabo Verde a Bissau, no resgate de centenas de pessoas, visitando vários locais isolados pelo conflito como Ponta Saltinho, Biombo, Bubaque, Varela e Geba e, levando ajuda humanitária para estes locais. Conforme Rodrigues e Santos (2007), a flexibilidade proporcionada pelos fuzileiros embarcados em botes e pelos helicópteros para alcançar

distâncias mais longas, em um ambiente de alta volatilidade, foi preponderante para o êxito da missão.

Compete destacar que uma destas missões foi a recolha realizada por dois helicópteros com fuzileiros embarcados, que decolaram da fragata Vasco da Gama e atravessaram toda Guiné-Bissau, até sua fronteira com Guiné-Conacri, em Saltinhos, para retirar pessoas isoladas e levar ajuda humanitária (RODRIGUES; SANTOS, 2007).

Os meios aeronavais também tiveram sua importância na tentativa de resolução do conflito, transportando a equipe de mediação de Portugal, bem como ambas as partes da contenda, representantes do Governo de Vieira e dos rebeldes de Mané (RODRIGUES; SANTOS, 2007).

Após 44 dias da Operação Crocodilo, foram evacuados pela Força Naval cerca de dois mil cidadãos de mais de 33 nacionalidades. Também foram entregues 44 toneladas de ajuda humanitária em vários locais da Guiné, dentre estas, 26 toneladas na capital, em Bissau (RODRIGUES; SANTOS, 2007).

A Operação foi tida como um sucesso, tanto pelos meios civis como pelos militares. Para uma Marinha pequena, que fazia parte da OTAN, esperava-se que qualquer aplicação do seu Poder Naval seria em conjunto com outros países, como uma Força Multinacional. Contudo, não foi o que ocorreu e Portugal teve que enfrentar suas limitações e desafios para obter o êxito na salvaguarda de seus nacionais.

É importante evidenciar que a falta de informações, locais, prévias para dosagem correta do emprego de pessoal, bem como a carência de navios multipropósitos ou anfíbios, que possibilitam o embarque de um número maior de evacuados e, o processamento destes, o embarque de mais meios aeronavais e de lanchas de desembarque com capacidade de transporte maior de pessoas tiveram que ser vencidos pela Marinha de Portugal.

Viu-se também neste capítulo que quando se esgotam ou não há a capacidade do campo político, neste caso, representado pelas relações exteriores e embaixadas, de prover a salvaguarda dos residentes no exterior, Portugal recorreu à expressão do Poder Militar para realizar uma operação de evacuação, assim como na doutrina brasileira. Devido às questões de segurança e do ambiente, mais uma vez, somente uma Força Naval poderia realizar tal façanha.

Para tal, a Marinha de Portugal se valeu de sua rápida resposta e capacidade de adaptação, devido aos inúmeros treinamentos sob a égide da OTAN, assim como no emprego

integrado e conjugado dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros para cumprir a missão, elevando a satisfação da opinião pública e do sentimento da importância das capacidades de se ter um considerável Poder Naval para a população de Portugal.

No intuito de verificar se esta tríade de capacidade, terra, ar e mar poderia também ter sua aplicação e aderência a outros tipos de Poder Naval, será abordado no próximo capítulo uma OpENC realizada pela maior Marinha do mundo, a dos EUA.

4 OS EUA E A EVACUAÇÃO DE NÃO-COMBATENTES NO LÍBANO

No capítulo anterior, foi apresentado o emprego do Poder Naval de Portugal, um país de dimensões pequenas, com uma Marinha de porte menor, comparado a outros países como os EUA. Contudo, sem o apoio da OTAN, Portugal realizou a evacuação de seus nacionais de forma brilhante e digna de ser estudada por outras nações, mesmo com todas suas limitações e dificuldades.

Neste capítulo, será apresentado como uma Marinha forte aplicou seu poder na retirada e salvaguarda de seus entes pátrios em um ambiente de conflito instalado no Líbano, em 2006. Dentre os vários países que realizaram operações de evacuação neste contexto, serão abordadas as ações desencadeadas pela Marinha dos EUA, que segundo Till (2018), ainda é o maior Poder Naval em nível de força da atualidade.

Para uma melhor imersão na conjuntura do conflito, será abordado de forma lacônica o histórico da crise no Líbano para, posteriormente, descrever as principais atividades desenvolvidas pelos EUA no sentido de trazer um alívio de segurança às pessoas que ali estavam.

Logo, o presente capítulo está dividido em três seções: na primeira, um breve histórico do Líbano, na segunda, um resumo da visão do conflito e, na terceira, uma apresentação de fatos a respeito da operação, bem como o motivo da escolha pela utilização dos meios navais, com a intenção de verificar o emprego do conceito de Conjugado Anfíbio nesta OpENC.

É importante destacar que os EUA já conduziram inúmeras OpENC bem-sucedidas, porém, a missão no Líbano foi uma das maiores evacuações de cidadãos americanos na história recente, segundo Relatório do Escritório de Responsabilidade do Governo dos Estados Unidos²⁶ enviado ao Congresso Americano (ESTADOS UNIDOS, 2007).

4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E UMA VISÃO DO CONFLITO

O Líbano é um dos menores Estados soberanos do mundo, cuja localização está na costa oriental do mar mediterrâneo, a oeste da Ásia. Com capital em Beirute, o país possui

²⁶ No original em inglês: “*United States Government Accountability Office*”.

cerca de 10.500 km² e uma população aproximadamente de 5,5 milhões de habitantes²⁷, sendo considerado um país densamente povoado (BUGH *et al.*, 2023).

De acordo com Magnoli (2006), a formação do Estado Libanês é resultado de uma história complexa que remonta milhares de anos, onde foi habitado por várias civilizações ao longo do tempo. Porém, em um passado mais recente, o Líbano era um território do Império Otomano que, com sua queda após a Primeira Guerra Mundial (1ªGM) (1914-1918), tornou-se um protetorado francês, por meio do Acordo *Sykes-Picot*²⁸, onde o Oriente Médio foi dividido entre a França e o Reino Unido, potências vitoriosas à época.

A administração francesa durou até meados de 1943, quando ao final da 2ª GM, com os grandes impérios desgastados, vários países aproveitaram a oportunidade para conquistarem suas independências, inclusive o Líbano (ZAHREDDINE, 2020).

Por efeito da grande diversidade cultural e étnica do povo libanês, o país enfrenta vários desafios, incluindo inúmeras tensões sectárias entre as diversas comunidades religiosas e conflitos regionais, principalmente, na sua fronteira sul, contra o Estado de Israel, país que tece sua formação iniciada por intermédio de um outro acordo após a 1ªGM (BUGH *et al.*, 2023).

Após a independência de Israel, este e as nações árabes ao seu redor foram palco de incontáveis crises e conflitos ao longo dos anos. Devido esta instabilidade com o povo judeu e as crises internas, entre grupos religiosos e facções políticas, na década de 70, deflagra-se uma sangrenta Guerra Civil que durou até 1990 (ONU, 2018).

Embora a Síria tivesse tido um papel importante na resolução desta contenta, foi Israel que provocou um impacto significativo na população civil libanesa, com incontáveis perdas de vidas e severos danos a infraestrutura daquele país. Dentro do contexto da Guerra Civil, Israel ocupou o Líbano em algumas ocasiões, devido aos atritos na fronteira, cabendo ressaltar a Operação *Litani*, em 1978, em resposta aos ataques de grupos palestinos e, em 1982, com a

²⁷ Trazendo uma comparação, o menor estado brasileiro é Sergipe com aproximadamente 22 mil de km², porém com apenas 2,3 milhões de habitantes. Logo podemos perceber o quão grande é a densidade populacional do Líbano, bem como a grandeza em dimensão do Brasil. Dados de 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se.html>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

²⁸ Devido à expectativa de vitória aliada durante a 1ªGM, em maio de 1916, representantes de França e Reino Unido realizam um acordo secreto para dividir o Império Otomano no Oriente Médio após o fim da guerra. Este acordo teve um impacto duradouro na região, especialmente no que diz respeito a conflitos étnicos e religioso. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36320891>>. Acesso em: 3 jun. 2023.

Operação Paz na Galileia, após o assassinato do embaixador israelense na Grécia por palestinos extremistas (ZAHREDDINE, 2020).

Segundo Silva (2006), Israel chegou a ocupar o território do Líbano por 22 anos, retirando suas tropas nos anos 2000. Com reação a esta ocupação, surge na mesma época o grupo *Hezbollah*²⁹, movimento político-militar, tendo como um dos seus objetivos a destruição do Estado de Israel. Esta facção ganhou força, sobretudo com financiamento externo, e começou a desencadear incontáveis incursões armadas e ataques com mísseis aos civis israelenses e as tropas da Força de Defesa Israelense (FDI), principalmente nas proximidades da fronteira com o Estado Judeu, culminando, em 2006, novamente, em um pesado conflito entre estes dois países, colocando a integridade de cidadãos estrangeiros em risco que vivam no Líbano.

Cabe ressaltar que outros grupos militantes surgiram desde a independência do Estado do Líbano, porém, o *Hezbollah* foi o grupo com participação profícua no conflito em 2006.

4.2 O CONFLITO EM 2006

Dos anos 2000 a 2005, o *Hezbollah* realizou incontáveis ataques ao território de Israel, como também na Linha Azul³⁰, por meio de incursões armadas, artilharia de canhões antiaéreos³¹ e a utilização de mísseis, tanto em alvos militares quanto em civis. Israel incessantemente respondia sob a forma de bombardeios de artilharia ou aéreos, ou por ataques de aeronaves (SILVA, 2006).

Em 2006, as tensões aumentaram e, no dia 12 de julho, um novo incidente entre a ala militar do *Hezbollah* e as forças militares de Israel levou a uma espiral ascendente de hostilidades, resultando em um grande confronto armado. O *Hezbollah* lançou uma operação armada contra Israel, a partir do sul do Líbano, disparando foguetes contra posições militares

²⁹ Conhecido como Partido de Deus, o *Hezbollah* é um partido político e um grupo militante formado por muçulmanos xiitas inspirados na Revolução Islâmica que ocorreu no Irã, em 1979. Surgiu a primeira vez durante a Guerra Civil do Líbano como uma milícia, após a invasão israelense em 1982. O *Hezbollah* estruturou-se em um movimento centrado na destruição de Israel, na formação de um Estado teocrático e na melhora nas condições sociais de sua comunidade. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Hezbollah>>. Acesso em: 3 jun. 2023.

³⁰ Demarcação de uma linha de cessar-fogo entre Israel e o Líbano, estabelecida pela ONU nos anos 2000, após a retirada das tropas israelenses do território libanês. Cabe lembrar que esta linha imaginária, não era a fronteira entre os dois estados (ONU, 2018).

³¹ Segundo Silva (2006), neste caso os danos causados eram pelos estilhaços das granadas.

israelenses e aldeias fronteiriças, enquanto outra unidade cruza a Linha Azul e realiza um ataque em uma patrulha israelense, matando vários soldados e sequestrando dois militares como prisioneiros de guerra (ONU, 2018).

Segundo Silva (2006), a Operação, chamada de Verdadeira Promessa³², tinha como objetivos a ajuda na luta dos palestinos contra Israel e a troca dos sequestrados por libaneses presos pelos israelenses, ainda na época da ocupação em 1982.

Israel se nega a negociar e, logo em seguida, lança uma grande ofensiva militar, denominada de Operação Mudança de Direção³³, com uma invasão ao sul do Líbano e um intenso ataque aéreo e bombardeios contra alvos ligados ao Hezbollah, envolvendo bases militares, posições de lançamentos de foguetes e outras infraestruturas. Várias estradas e pontes e aeroportos foram bombardeadas, posições de fronteiras foram fechadas, assim como um bloqueio naval aos portos libaneses (CICV, 2006).

O Hezbollah respondia com o lançamento de foguetes e ataques às tropas da FDI, principalmente, ao Sul do Líbano. Israel contra-atacava com pesados ataques aéreos, incluindo alvos civis. A intensidade deste conflito chamou a atenção da comunidade internacional devido ao sofrimento causado a população libanesa, bem como a destruição de infraestruturas do país, que culminou na evacuação de milhares de civis (SILVA, 2006).

Em 11 de agosto de 2006, o CSONU emite a resolução n.º 1701 que determina a cessação total das hostilidades, a retirada das tropas de Israel do Líbano e a ampliação da força de paz da ONU, que estava posicionada na região. Após 34 dias, o conflito se encerra com um saldo negativo para o Líbano de mais de 1.100 mortes e um milhão de deslocados e um enorme prejuízo da ordem de US\$ 3,6 bilhões, necessitando de uma intensa ajuda humanitária após a guerra (ONU, 2018).

4.3 OS EUA EM REGASTE DE SEUS NACIONAIS

No auge da temporada turística de verão em Beirute, o grupo *Hezbollah* lança um inusitado ataque, em 12 de julho de 2006, contra tropas de Israel, sequestrando 2 militares. O Estado Judeu desferiu uma violenta represália destruindo pontes, estradas e aeroportos,

³² No original em inglês: *True Promise*.

³³ No original em inglês: *Change of Direction*.

além de ter realizado um grande bloqueio marítimo, terrestre e aéreo. Diante do caos instalado neste conflito, muitos civis tentavam sair do Líbano, porém, a maioria das rotas de fuga esperadas já não estavam disponíveis e, os que se arriscavam, ainda tinham que lidar com os constantes bombardeios israelenses (DIXON, 2017).

A escalada da violência e o risco de confrontos intensos levaram os governos mundiais a vislumbrar a necessidade de organizar operações para a retirada destas pessoas da zona de conflito. Em 14 de julho, o embaixador dos EUA no Líbano solicita ajuda para a saída de americanos do país. Em seguida, o Departamento de Estado, após uma análise da situação, julgou que seria incapaz de realizar uma evacuação em segurança sem assistência militar e requisita apoio ao Departamento de Defesa³⁴ (DOD) (ESTADOS UNIDOS, 2007).

A OpENC no Líbano apresentou vários desafios, pois seria conduzida em um ambiente de conflito em andamento e com as principais rotas de evacuação terrestre e aérea bloqueadas. Logo, aproveitando das capacidades logísticas, de transporte marítimo e aéreo e infraestrutura disponíveis em seus navios, o DOD decidiu realizar uma Operação Anfíbia para retirar os milhares de americanos desta situação de perigo (ESTADOS UNIDOS, 2007).

Os EUA têm uma grande mobilidade estratégica por possuir tropas e navios espalhados pelo globo, por meios dos seus Comando Estratégicos e de Área subordinados ao DOD possibilitando uma resposta rápida e eficaz às crises e aos conflitos, tal como na garantia de segurança dos seus cidadãos, mesmo longe do seu território.

Ainda no dia 14 de julho, o DOD designa o Comando Central³⁵ (CENTCOM) como o comando responsável para lidar com o problema e este estipula que os navios e tropas sob seu comando no Mar Vermelho dirijam-se imediatamente para o Líbano. A 24ª Unidade Expedicionária de Fuzileiros Navais³⁶ (MEU), meios do Grupo de Ataque Expedicionário³⁷ *Iwo Jima* (ESG) e alguns navios do CENTCOM formaram a Força-Tarefa 59 para cumprir a missão (BARKER; MARVIN; CURTIN, 2015).

Como a Força-Tarefa ainda levaria até seis dias para chegar a Beirute, o DOD decidiu contratar alguns navios civis, no intuito de acelerar o processo de evacuação. Em 18 de julho o primeiro navio, o *Orient Queen*, atraca no Líbano embarcando cerca de mil evacuados. Neste

³⁴ No original em inglês: *United State Department of Defense*.

³⁵ No original em inglês: *Central Command*.

³⁶ No original em inglês: *Marine Expeditionary Unit*.

³⁷ No original em inglês: *Expeditionary Strike Group*.

mesmo dia, desembarca na capital, 40 fuzileiros navais oriundos do Navio de Desembarque Doca USS *Nashville*, que se aproximava do Líbano, a fim de realizarem a segurança da Embaixada e iniciar o processamento e controle dos evacuados (GLOBAL SECURITY, 2008?).

No dia 19 de julho, o navio comercial *Orient Queen* deixou o porto em direção a Larnaca, no Chipre, um dos Locais de Destino Seguro Intermediário³⁸ (LDSI), para serem posteriormente encaminhados aos EUA. Cabe ressaltar que tanto os portos, aeroportos e estradas estavam bloqueados; por conseguinte, qualquer operação necessitaria de uma estreita comunicação com as autoridades israelenses (ESTADOS UNIDOS, 2007).

Um dia após a partida do *Orient Queen*, em 20 de julho, chega a Beirute o primeiro navio da Marinha dos EUA, o USS³⁹ *Nashville*, lançando seus helicópteros e lanchas de desembarque para resgatar os evacuados. Este navio sozinho tinha a capacidade de acomodar cerca de 1.200 passageiros. No dia 21 de julho, mais navios da ESG *Iwo Jima*, juntamente com militares e helicópteros da 24ª MEU, chegam na Área de Operações (AOp) (FIG. 4, ANEXO E) para apoiar a evacuação (GLOBAL SECURITY, 2008?).

No dia 21 do mesmo mês, cerca de 4.200 cidadãos foram retirados do Líbano por dois navios militares, os Navios de Desembarque Doca USS *Trenton* e USS *Whidbey Island*, e por um outro navio contratado, o *Rahmah*. Este último transportou 1.400 passageiros americanos para o porto de Mersin, na Turquia, enquanto os dois navios militares americanos transportaram os evacuados para o Chipre (GLOBAL SECURITY, 2008?).

Em 23 de julho, o Departamento de Estado e o DOD divulgam que cerca de 10.000 cidadãos americanos foram evacuados para o Chipre. Cabe ressaltar a presença dos navios anfíbios na AOp, bem como a do Navio de Desembarque de Helicópteros USS *Iwo Jima*, que possibilitou a ampliação do emprego de helicópteros no resgate dos nacionais e transporte da grande parcela da 24ª MEU para a AOp (ESTADOS UNIDOS, 2007).

O apoio da 24ª MEU, dos fuzileiros navais e de seus helicópteros, preparados e aprestados para uma gama de operações, incluindo OpENC, foi crucial para proporcionar segurança e rapidez à evacuação em um ambiente de fogo cruzado entre o *Hezbollah* e as tropas de Israel. Houve um trabalho intenso, desde a escolta, realização de postos de controle,

³⁸ Quando não há a capacidade de transportar todos os evacuados de uma única vez para o país de origem, bem como a impossibilidade de realizar o processamento dos evacuados no local, devido à situação de crise, o governo do país que realiza a ENC pode selecionar locais de reunião seguros, os LDSI, para posteriormente encaminhar os evacuados para seus países (BRASIL, 2020b).

³⁹ No original em inglês: *United State Ship*.

inspeção de pessoal e bagagens, montagem de centros de processamentos e retirada dos evacuados, seja por via aérea ou marítima. Por meio dos helicópteros de grande capacidade da 24ª MEU, idosos, mulheres e enfermos tiveram a possibilidade de serem evacuados para o Chipre, diretamente por via aérea (LYMAN, 2006).

Nos dias que se seguiram, Força-Tarefa 59 continuou a retirar os nacionais do Líbano, juntamente com os navios comerciais contratados. No dia 26 de julho, DOD comunica que os militares dos EUA realizaram sua última evacuação programada de cidadãos americanos, com saldo de cerca de 14.000 evacuados. Do dia 26 até o dia 29 do corrente mês, navios comerciais, um navio de alta velocidade operado por militares da Marinha dos EUA e helicópteros continuaram a operar na AOp evacuando cidadãos americanos. Em 02 de agosto, a última aeronave parte de Beirute com os últimos 33 evacuados (ESTADOS UNIDOS, 2007).

Com um saldo perto de 15.000 evacuados, esta operação foi uma das maiores evacuações de cidadãos americanos no exterior da história recente. Conforme dados do DOD, 90% dos cidadãos americanos foram encaminhados para o Chipre e 10% para a Turquia, para serem levados aos EUA em uma segunda fase da operação (GLOBAL SECURITY, 2008?).

Diversos países optaram por retirar seus nacionais por via terrestre para países vizinhos e, a partir destes, por meios aéreos. Porém, conforme o exposto neste capítulo, o posicionamento dos EUA considerou as grandes distâncias envolvidas e as necessidades logísticas para a adoção da via marítima.

Ao final deste capítulo, verificou-se o complexo processo de formação do Estado do Líbano, principalmente devido à multipolaridade étnica e religiosa que acarretou inúmeras crises intra e extraterritoriais, dando origem ao conflito de 2006, onde se visualizou a necessidade de uma OpENC para salvaguardar a integridade de nacionais de outro país, que neste presente estudo foram os EUA.

Mesmo sendo uma potência global, possuindo uma das maiores Marinhas do mundo, esta enfrentou vários desafios, como a rápida escalada das tensões, a necessidade de mobilização de meios, bem como a quantidade de indivíduos a serem evacuados. Mais uma vez, percebe-se a importância do Conjugado Anfíbio, conceito preponderante para a projeção de poder do Poder Naval por meio da formação da Força-Tarefa 59, para realizar um Projeção Anfíbia com o propósito de realizar uma OpENC. Diante disso, o capítulo seguinte tratará da análise do Conjugado Anfíbio com relação ao Poder Naval na OpENC, à luz dos acontecimentos decorrentes das duas operações previamente descritas neste estudo.

5 O CONCEITO DE CONJUGADO ANFÍBIO E AS OPENC

Nos capítulos anteriores, foi estudado os conceitos do Conjugado Anfíbio, particularmente no seu emprego nas OpENC, uma possibilidade de atuação do Poder Naval em uma nova modalidade de OpAnf: a Projeção Anfíbia. Logo após, o estudo voltou-se para as ações desencadeadas por ocasião de duas operações de evacuação, em Bissau, em 1998 e no Líbano, em 2006.

Doravante, neste capítulo será realizado uma análise dos dois casos escolhidos acima, referentes às duas Marinhas, bem diferentes em termos de tamanho, em confronto com os aspectos dos conceitos abordados no capítulo dois, com foco nos três domínios, ar, terra e mar, segundo os elementos componentes do Conjugado Anfíbio, verificando a substância deste conceito com as características do Poder Naval.

5.1 NO DOMÍNIO DO MAR

Aproveitando-se da narrativa de *mare liberum* do Hugo Grotius, pode-se observar que a maior parte do tráfego marítimo é liberto, sem a necessidade de muitas intervenções a navegação. Esta liberdade proporcionada pela grandeza dos mares, também é estendida à navegação dos meios navais das Marinhas durante o trânsito no alto-mar, proporcionando ao Poder Naval uma projeção de poder sem a aquiescência de outros Estados, desde que não interfiram em suas águas soberanas.

Durante um conflito, certas estruturas essenciais podem estar inoperantes ou danificadas, dificultando o acesso ao local e impedindo a fuga de nacionais por meios aéreos. Logo, faz-se necessário se utilizar de meios navais adequados para prestar o apoio e a segurança aos cidadãos residentes fora de seu país.

Nos dois casos apresentados neste estudo, as OpENC em Bissau e no Líbano, algumas estruturas como os aeroportos ficaram danificados, impedindo o seu uso para uma evacuação aérea. No caso do Líbano, a situação foi ainda pior, porque as fronteiras terrestres, principalmente ao sul do mesmo, também foram fechadas pelas tropas da FDI. Portanto, tanto Portugal, quanto os EUA, valendo-se da liberdade do mar, organizaram suas missões, mobilizando seus meios navais para resgatar seus nacionais.

Os meios navais proveem grande mobilidade ao Poder Naval, devido a sua capacidade

de se deslocar a grandes distâncias, bem como poder ser preposicionado nas proximidades dos locais em crise, aumentado sua rapidez no emprego. Devido ao deslocamento mais lento que outros meios, as Marinhas devem estar perduravelmente em elevado nível de prontidão, como verificado pela Marinha de Portugal, onde em menos de 24 horas depois do acionamento, a Força Naval estava pronta para suspender.

Em relação à Força Naval dos EUA, a ESG *Iwo Jima* se encontrava com a 24ª MEU realizando exercícios nas proximidades da Jordânia. Em apenas três dias depois do acionamento, o USS *Nashville* aproximava-se do Líbano (LYMAN, 2006).

Para proporcionar a característica de permanência ao Poder Naval, o Conjugado Anfíbio deve valer-se de navios de apoio logístico ou até mesmo dos grandes navios anfíbios e multipropósitos, para poder aumentar sua capacidade de operar por longa duração em áreas distantes. Na OPENC em Bissau, a Marinha de Portugal utilizou o navio reabastecedor *Bérrio*, que proporcionou a permanência dos navios menores na AOp, realizando idas e vindas no resgate de seus nacionais.

Já os EUA possuíam grandes navios anfíbios e uma força marítima já organizada, com capacidade de apoio logístico móvel, para cumprir uma gama de missões em amplo espectro. Porém, o conceito do Conjugado Anfíbio é multifuncional, visto que Portugal realizou uma das operações mais bem sucedidas de sua história, mesmo com certas dificuldades e com meios não destinados a embarque de tropa e pessoal.

Devido ao tamanho de sua Força Naval, uma destas dificuldades enfrentadas pela Marinha de Portugal foi o comando e controle. O comando da FORREG teve que se instalar em terra e, durante a operação, ainda precisou trocar de posição devido à falta de apoio encontrado em Senegal. Navios multipropósitos ou os grandes navios anfíbios poderiam resolver este problema, funcionando como um grande centro nervoso de comando e controle e apoio às tropas em terra.

As OpENC podem se desenvolver nos três tipos de ambientes ou, até mesmo, evoluir de um ambiente para o outro conforme o desenrolar do conflito. Ter a capacidade de mudança de postura, assim como de realizar todas as suas operações a partir do mar, provê ao Poder Naval grande versatilidade.

Com o advento da quinta modalidade de OpAnf, novas doutrinas também surgiram. Muitas Marinhas do mundo, assim como a dos EUA, desenvolveram a capacidade de realizar toda sua operação a partir do mar, tal e qual o apoio logístico às tropas desdobradas no

terreno. Em um ambiente incerto ou hostil, cresce de importância o conceito de “Sea-Baseing” descrito por Till (2018), onde se vale do grande espaço de manobra do mar para operar uma verdadeira base marítima flutuante, utilizando-se de navios anfíbios multifuncionais ou de abastecimento, proporcionando uma excelente presença avançada sustentada.

Na OpENC em Bissau, por exemplo, devido à insegurança local, não houve a possibilidade de atracar ou de estabelecer uma base em terra; logo, todo o apoio logístico teve de ser provido pelo navio *Bérrio*, uma embarcação reabastecedora. Porém, caso Portugal tivesse a possibilidade de utilizar navios anfíbios ou multipropósitos, poderia ter evitado os inúmeros translados entre Bissau e Cabo Verde de suas corvetas e fragatas, além de proporcionar maior rapidez no resgate de seus nacionais.

É comum nas operações de evacuação ter que processar todo o pessoal de interesse. Embora na operação desencadeada no Líbano, os EUA terem montado um centro de processamento em terra, muitas vezes, devido à insegurança do local, este processamento ocorrerá a bordo, por conseguinte, cresce de importância os meios navais, bem como o nível de aprestamento destes para realizar este tipo de tratamento para os evacuados. Segundo Rodrigues e Santos (2007), inúmeros momentos, Portugal teve que terminar ou realizar este processamento a bordo, devido aos combates que ocorriam nas ruas de Bissau.

Isto posto, é concebível considerar, após se verificar as operações desencadeadas em Bissau e no Líbano, a pertinência dos meios navais em apoio as OpENC, em especial ao navio reabastecedor *Bérrio*, para a Marinha de Portugal e os navios anfíbios e multipropósitos utilizados para Marinha dos EUA.

5.2 NO DOMÍNIO DO AR

No campo aéreo, o Conjugado Anfíbio é representado, basicamente, pelo uso de helicópteros em apoio aos meios navais, seja no deslocamento de tropas para o terreno, ou no caso das OpENC, na retirada de evacuados em um local de conflito. O emprego destas aeronaves de asa rotativas fora essencial no sentido de ampliar o alcance do Poder Naval, na evacuação.

Na OpENC em Guiné-Bissau, os meios navais não puderam atracar no porto, em razão da insegurança do local, assim sendo, todos os deslocamentos navio-terra foram realizados por lanchas pneumáticas ou por helicópteros. Estes últimos foram cruciais para o acesso de

locais distantes do litoral, assim como no transporte de pessoas com certa enfermidade, idosos e gestantes.

Rodrigues e Santos (2007) apontam como uma possível oportunidade de melhoria para a operação desencadeada em Bissau, a utilização de mais helicópteros. Porém, a FORREG necessitaria de mais meios navais para transporte, além de realizar o apoio logístico destas aeronaves. Caso mais uma fragata da classe Vasco da Gama tivesse disponível para a operação, mais helicópteros, tipo *LYNX*, poderiam ter sido utilizados, aumentando sobremaneira a velocidade no resgate do pessoal de interesse.

Com relação à operação no Líbano em 2006, os EUA utilizaram pelo menos 6 aeronaves do tipo CH-53E *Super Stallion* e CH-46 *Sea Knight* e possuíam um porta-helicóptero anfíbio, o USS *Iwo Jima*, proporcionando uma rápida reação à crise. Com a impossibilidade de transpor as rodovias e pontes bloqueadas pela FDI, assim como a elevada estimativa de evacuados, cerca de 25.000 em uma primeira análise, os meios aéreos tiveram um papel de destaque no contexto da OpENC realizada pelos EUA no Líbano neste mesmo ano.

Percebe-se que em ambas as operações, a aproximação dos meios navais na costa ou, até mesmo, a atracação destes colocariam em risco toda a operação, em virtude da insegurança do ambiente. A utilização de helicópteros trouxe mais facilidade e independência dos portos, ampliando a mobilidade física do Conjugado Anfíbio na evacuação dos cidadãos.

Com o aperfeiçoamento dos meios, tanto navais quanto aéreos, e o desenvolvimento de novas doutrinas, tem-se hoje a possibilidade de realizar o desenvolvimento das ações de um local do litoral distante da crise, resguardando os meios navais. Portanto, em ambientes hostis ou potencialmente hostis, pode-se utilizar também nas OpENC o conceito de Manobra Navio-Objetivo, por meio da disponibilidade de helicópteros, as ações seriam desenvolvidas diretamente do navio para os locais de extração dos evacuados.

Porém, cabe ressaltar as limitações deste meio, principalmente com relação às condições meteorológicas, insegurança no espaço aéreo e o tempo de horas de voo da guarnição do próprio meio. Para se contrapor a estas possíveis limitações, deverá ser previsto o emprego conjunto de meios navais, com embarcações de desembarque ou meios de transporte anfíbios, como uma alternativa ao uso dos meios de asa rotativa.

Segundo Rodrigues e Santos (2007), muitos voos foram atrasados, devido ao risco na segurança do espaço aéreo, por efeito de inúmeros projéteis, seja por morteiros ou pela explosão do paiol de munição. Pela operação dos EUA no Líbano, em diversas situações, o

espaço aéreo também se encontrou restrito, em virtude dos bombardeios realizados pelas tropas de Israel.

Pode-se destacar outras missões nas quais os meios aeronavais tiveram papel preponderante na OpENC realizada por Portugal, onde se destacam o apoio na ajuda humanitária, transportando alimentos e remédios para locais isolados durante a contenta e o transporte dos dois lados do conflito para a fragata Vasco da Gama, um local seguro para dar início às negociações para o término da crise em Bissau.

Portanto, tem-se nos helicópteros um vetor de rápida resposta, contribuindo para a mobilidade do Poder Naval, bem como na versatilidade no emprego dos meios, seja no transporte de tropas, pessoal de interesse ou outros materiais, nos quais sejam designados.

Hoje, cabe ressaltar a importância de um novo meio aéreo que vem crescendo de importância, o drone. Este vem sendo usado cada vez mais frequente nas operações e teria grande utilidade nas OpENC, principalmente, no que diz respeito ao reconhecimento de áreas de segurança, locais de pouso ou abicagem, poupando material humano e aumentando a consciência situacional e acelerando poder decisório dos comandantes, contribuindo para o sucesso da operação.

Conclui-se, nesta seção, que as aeronaves desempenharam um papel essencial nas operações de evacuação tanto na Guiné-Bissau quanto no Líbano, devido à sua velocidade, aptidão para o transporte de pessoal e habilidade de alcançar locais de difícil acesso, seja por terra ou pelo mar.

No entanto, apenas a presença facilitada pelo Poder Naval permite a utilização desses meios por extensas distâncias de seu país de origem ou de outros pontos de terra, sem depender de negociações diplomáticas. Em síntese, a permanência propiciada pelos meios navais amplia, consideravelmente, o alcance das aeronaves.

5.3 NO DOMÍNIO TERRESTRE

Neste campo, o Poder Naval é caracterizado pela projeção de poder sobre terra, caracterizado pelo desembarque de tropas de fuzileiros navais, seja pelo mar ou pelo ar, demonstrando a sinergia de atuação do Conjugado Anfíbio nos três domínios citados no início deste capítulo.

Em Guiné-Bissau, as tropas de Portugal foram organizadas conforme uma Força de

Emprego Rápido, denominada Força de Desembarque, possuindo, também, um destacamento de ações especiais, para reconhecimento e segurança das instalações de interesse. Por não possuir meios anfíbios, Portugal não poderia transportar uma grande quantidade de fuzileiros, pois também teria que destinar espaços de embarcação para os evacuados.

Esta limitação foi compensada com adestramento e uma excelente preparação para o embarque, carregando materiais e equipamentos para caso se evidenciasse uma mudança de postura do ambiente. Segundo Rodrigues e Santos (2007), isto se confirmou logo no início da operação com distúrbios na região do porto, onde esta flexibilidade e adaptabilidade proporcionou certa versatilidade ao Poder Naval de Portugal.

Nesta OpENC, Portugal não podia contar com meios terrestres para o deslocamento de suas tropas, principalmente por não possuir navios anfíbios que o pudessem transportar. Logo, suas tropas estavam, totalmente, dependentes dos meios navais e do transporte aéreo, um ponto que poderia ser levantado com uma vulnerabilidade. Porém, o somatório conjunto de esforços, bem como a organização e preparo dos meios navais, fuzileiros navais e aeronavais, contribuíram para mitigar quaisquer fragilidades.

Os EUA disponibilizaram a 24ª MEU que estava em treinamento na Jordânia para prestar o apoio necessário a evacuação de americanos no Líbano. Esta organização por tarefas, nucleada em um Batalhão de infantaria e seus apoios de combate e de serviço ao combate, muito se assemelha a organização em GptOpFuzNav do Corpo de Fuzileiros Navais.

A MEU é uma das principais formas de emprego de forças de fuzileiros pelos EUA, com capacidade de reação imediata e pronta resposta, principalmente, devido ao pré-posicionamento destas tropas ao redor do globo para combater os novos desafios do século XXI.

Em razão do nível de aprestamento e da prontidão destas tropas de fuzileiros navais, a mudança de um ambiente de treinamento para um esforço de ajuda aos seus compatriotas foi considerada como um simples ajuste. Corrobora para esta afirmação Lyman (2006), que cita em seu artigo que esta mesma tropa havia prestado, recentemente, assistência humanitária a americanos devastados e deslocados pelo desastre causado pelo furacão Katrina, em agosto de 2005.

Na OpENC no Líbano, também pode-se observar a característica da expansibilidade de um GptOpFuzNav, neste representado pela 24ª MEU, onde que mesmo antes dos meios

navais chegarem ao largo do Porto de Beirute, destacamentos de fuzileiros navais já estavam operando na AOp desde o dia 15 de julho de 2006 com seus helicópteros orgânicos, seja na prestação de auxílio de segurança da embaixada, seja no reconhecimento de locais de concentração de evacuados, no Chipre, base intermediária de apoio, e no próprio Líbano (LYMAN, 2006).

A familiarização com a vida a bordo, utilização de meios navais, anfíbios ou aéreos para realizar a projeção de poder do mar para terra, assim como o preparo para a edificação do poder de combate em terra por intermédio do adestramento e doutrina é o que destaca a essência naval e anfíbio destas tropas e o que as difere dos Exércitos regulares.

Portanto, ressalta-se que em uma OpENC, como ocorrido na Guiné-Bissau em 1998 e no Líbano em 2006, onde o ambiente pode alterar-se repentinamente, é imprescindível que o Poder Naval possua tropas de pronto emprego, familiarizadas com os meios navais e com capacidade de operar a partir de meios aéreos.

Esta competência traduz-se no Conjugado Anfíbio, um GptOpFuzNav embarcado em uma Força Naval, disposto de meios aeronavais incorporados, assegurando sua capacidade expedicionária e de projeção de poder, como veículo de pronta-resposta a salvaguarda de objetivos nacionais, que no caso em questão, cidadãos brasileiros residentes no exterior.

Em vista do que foi descrito no presente capítulo, ao dissecar o conceito de Conjugado Anfíbio nos três domínios de atuação, terra, mar e ar, tem-se que o mesmo provê as características necessárias de atuação do Poder Naval, sejam elas, mobilidade, flexibilidade, versatilidade e permanência, nesta nova modalidade de OpAnf, a Projeção Anfíbia, em particular nas Operações de Evacuação de Não-Combatentes.

6 CONCLUSÃO

Infelizmente, o século XXI não trouxe somente progresso, inovações e desenvolvimento. Também trouxe novas questões e ameaças potencializadas com o aumento desenfreado da globalização, que os Estados tiveram que aprender a lidar. Uma destas matérias em pauta é a garantia da segurança de seus cidadãos que vivem no exterior.

Logo, o propósito deste estudo foi verificar como a Marinha, em particular o Poder Naval, poderia organizar seus recursos, materiais e humanos, face à necessidade de projetar seu poder para trazer segurança e alívio aos nacionais em regiões de potencial insegurança. Para isso, foi revisitado o conceito de Conjugado Anfíbio.

No intuito de atingir este propósito, este trabalho teve em vista responder a seguinte questão: O Conjugado Anfíbio proporciona ao Poder Naval as capacidades necessárias para seu emprego em Operações de Evacuação de Não-Combatentes?

A fim de responder a questão acima, foi adotado uma abordagem teoria versus realidade, onde a teoria foi pautada nos conceitos e características que o Conjugado Anfíbio pode prover ao Poder Naval. Para a comparação com a realidade, foram selecionadas duas OpENC. Uma realizada na Guiné-Bissau, em 1998, pela Marinha de Portugal e outra pela Marinha dos EUA, em 2006, no Líbano. Foram escolhidas duas OpENC realizadas por duas Marinhas bem diferentes em proporção de tamanho, para poder destacar a versatilidade do Conjugado Anfíbio.

Logo, o presente estudo foi organizado em seis capítulos, sendo quatro de desenvolvimento. Depois de uma breve introdução, tem-se no segundo capítulo um estudo sobre a evolução das OpAnf frente a necessidade de mudanças de paradigmas diante das novas ameaças que se apresentaram com o passar dos anos, surgindo assim a Projeção Anfíbia.

Ainda no segundo capítulo, foi abordado como a Projeção Anfíbia permitiu o respaldo da utilização do Poder Naval em uma gama maior de tarefas, fora do espectro das Operações de Guerra Naval. Uma destas operações é a OpENC, enquadrada em Operações de Emprego Limitado da Força. Quando acionado, o Poder Naval, para se valer dos três domínios básicos de atuação, mar, ar e terra, organizará sua força por intermédio do conceito de Conjugado Anfíbio.

No decurso do estudo de documentos de alto nível, manuais e publicações pode-se verificar a sinergia entre os meios navais, os meios aeronavais, particularmente os helicópteros,

e as tropas de fuzileiros navais organizadas em GptOpFuzNav para prover capacidade expedicionária e prontidão para explorar de forma harmônica as características do Poder Naval de mobilidade, versatilidade, flexibilidade e permanência, convertendo o Conjugando Anfíbio em um vetor de projeção de poder em regiões distantes do litoral brasileiro cumprindo os interesses nacionais.

Ao final do capítulo dois, viu-se que as OpENC ocorrem em cenários de alta possibilidade de emprego das Marinhas, cada qual com suas particularidades, principalmente em relação ao ambiente, que pode partir de permissivo a hostil em frações de tempo. Por conseguinte, faz-se mister a contínua manutenção do preparo e disponibilidade dos meios e tropas como vetor de pronta resposta diante das possíveis ameaças que podem surgir.

Nos dois capítulos seguintes, foi realizado um estudo sob uma perspectiva global de duas OpENC, ocorridas em uma moldura temporal menor que 10 anos entre elas, evidenciando a recorrência deste tipo de operação.

Primeiro, foi visto a OpENC em Guiné-Bissau, realizada por um Marinha que não dispunha de grandes meios navais, voltada para operar, preponderantemente, em operações combinadas no escopo da OTAN. Portugal venceu todos seus desafios, utilizando-se da experiência do seu pessoal e da integração de seus meios para resgatar seus nacionais. Cabe destaque nesta operação o uso dos helicópteros como alternativa no resgate de pessoal localizado a grandes distâncias e o uso de um navio de apoio logístico, aumentando a permanência dos meios na AOp.

Já com relação a OpENC realizada no Líbano, em 2006, tem-se a aplicação de um grande Poder Naval, utilizando-se de grandes navios anfíbios, aumentando a flexibilidade nas ações, transportando uma tropa, nível batalhão, com grande capacidade de mudança de postura, caso o ambiente alterasse. Com destaque, temos a diversidade de meios, a utilização de um porta-helicópteros, aumentando o comando e controle das operações aéreas.

Quanto ao capítulo cinco, por meio de um embasamento teórico e das ações desencadeadas nas duas operações, foi possível realizar um paralelo entre os conceitos e verificar a aderência entre os aspectos doutrinários do Conjugado Anfíbio nas OpENC, e a relação de interdependência com o Poder Naval, principalmente, na questão de projeção de poder sobre terra.

Isto posto, de maneira a responder a questão sugerida por este trabalho, conclui-se que mesmo com o passar do tempo, com o aparecimento dos novos desafios, as OpAnf ainda

terão papel relevante no cenário internacional. Com a Projeção Anfíbia, o Poder Naval aumenta seu espectro de possibilidades, sendo uma delas, o resgate de nacionais no exterior.

A análise de duas operações, por duas Marinhas bem diferentes, serviu para atingir o propósito deste trabalho e para confirmar que o Conjugado Anfíbio abarca um conjunto de especificidades ao Poder Naval, cujas características como mobilidade e permanência proporcionadas pelos meios navais e flexibilidade e versatilidade, pelos meios aeronavais e de tropas anfíbias, são determinantes para ratificar o seu emprego nas OpENC. Constata-se, assim, a relação de aderência da aplicação do Poder Naval, por intermédio do Conjugado Anfíbio, na realização de OpENC.

Esta pesquisa teve como foco as OpENC isoladas, porém as mesmas podem ocorrer no escopo de grandes Operações de Guerra Naval ou em Operações Humanitárias, tal qual dentro das Atividades Benignas. Logo, uma investigação futura sobre a capacidade de mudança de postura de um Poder Naval já empregado nestas modalidades de Operações citadas acima torna-se relevante.

Diante do exposto, na opinião deste autor, esta pesquisa indica que tanto a MB quanto o Corpo de Fuzileiros Navais devem procurar manter seus meios e tropas em um nível aceitável de prontidão para prover ao Poder Nacional a capacidade de apoiar o país na realização de uma OpENC, onde em um mundo globalizado, o clamor da sociedade por respostas rápidas na resolução de problemas torna-se cada vez mais frequente. As recentes aquisições, como os navios multipropósitos, o Bahia e o Atlântico, ressaltam esta preocupação de dotar a MB com meios modernos voltados para defesa dos interesses da nação, uma vez que em termos de dimensões continentais e populacionais, o Brasil está mais perto dos EUA do que de Portugal.

Em síntese, ressalta-se que a Marinha não deve, mesmo em tempo de paz, furtar-se da contínua busca do aperfeiçoamento, seja na doutrina ou na aquisição de meios, para contribuir com a manutenção da liderança estratégica do Brasil na América do Sul, assim como em seu entorno estratégico, sobretudo com os países da CPLP e da costa oeste africana. Este será, continuamente, um grande desafio para a alta administração.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. Palavras do Comandante do Centro de Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais. **Âncoras e Fuzis**, Rio de Janeiro, RJ, n 45, p. 3, 2014.
- BANCO MUNDIAL. **Guiné-Bissau**: Aspectos Gerais. 2023. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview#1>>. Acesso em: 16 mai. 2023.
- BARKER, A. D.; MARVIN, B. L.; CURTIN, K. M. **Understanding Operational Risk in Evacuation Operations. George Mason University**. 2015. Disponível em: <https://locationscience.gmu.edu/ResearchProjects/NEO/Barker_Marvin_Curtin_MOR_Paper.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- BIGAJÓ, Vagner Gomes. **OS GOLPES DE ESTADO NA GUINÉ-BISSAU**: O cotidiano do poder no contexto da diversidade étnica e da construção nacional. 2011. Dissertação (mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais, Maceió. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/3568>>. Acesso em: 16 mai. 2023.
- BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-0-1**: Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, RJ, 2020a. 57 p.
- _____. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-1-1**: Manual de Operações Anfíbias dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. 1. rev. Rio de Janeiro, RJ, 2021. 167 p.
- _____. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-2-3**: Manual de Operações de Evacuação de Não-Combatentes de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, RJ, 2020b. 86 p.
- _____. Estado-Maior da Armada. **EMA-305**: Doutrina Militar Naval. Brasília, DF, 2017, 142 p.
- _____. Estado-Maior da Armada. **PEM-2040**: Plano Estratégico da Marinha. Brasília, DF, 2020c, 88 p.
- _____. Ministério da Defesa. **MD35-G-01**: Glossário das Forças Armadas. 5. ed. Brasília, DF, 2015. 288p.
- _____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2020d. 197 p. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2023.
- _____. Ministério da Defesa. **MD30-M-08**: Manual de Operações de Evacuação de Não-Combatentes – 2º Volume. Brasília, DF, 2020e, 397 p.
- _____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa – Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2020f. 79 p.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Assuntos Consulares, Cooperação e Cultura. **Relatório da Comunidade Brasileira no Exterior**. Brasília, DF, 2022, 32 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/arquivos/14-09_brasileiros-no-exterior.pdf/view>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BOBBITT, P. **A guerra e a paz história moderna**: o impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações. Tradução de Cristina Serra. Rio de Janeiro, RJ, 2003. 883 p.

Bugh, G. R. *et al.* **Lebanon**. Encyclopedia Britannica, 2023. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Lebanon>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

CAMPOS, A. **História da Guiné Bissau em datas**. 2012. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/read/12901557/história-da-guine-bissau-em-datas-guinebissaudocs>>. Acesso em 17 mai. 2023

CICV. Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Conselho de Direitos Humanos. **Relatório da Comissão de Inquérito sobre o Líbano de acordo com a resolução do Conselho de Direitos Humanos S-2/1, A/HRC/3/2**. 2006. Disponível em: <<https://casebook.icrc.org/case-study/israellebanonhezbollah-conflict-2006>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

DEZA, L. L. Conferência Anual de Guerra Expedicionária. **Âncora e Fuzis**, Rio de Janeiro, RJ, n. 34, p. 5, dez. 2006.

DIXON, G. K. **The Need for a Joint Support Element in Noncombatant Evacuation Operations**. National Defense University Press. 2017. Disponível em: <<https://ndupress.ndu.edu/Media/News/Article/1130662/the-need-for-a-joint-support-element-in-noncombatant-evacuation-operations/>>. Acesso em: 15 jun. 2023

ESTADOS UNIDOS. Department of Navy. **A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower**, Washington, D.C., 2007.

_____. United States Government Accountability Office (GAO). Department of State. **Relatório apresentado ao Congresso americano sobre a evacuação de cidadãos americanos do Líbano**. 2007. Disponível em: <<http://www.gao.gov/new.items/d07893r.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

FERREIRA, R. R. Eixos Estruturantes: rumo a aproar. **Âncoras e Fuzis**, Rio de Janeiro, n. 44, p. 7-10, dez. 2013.

_____. Projeção Anfíbia: reforçando a presença do Poder Naval no Atlântico Sul. **Âncoras e Fuzis**, Rio de Janeiro, n. 47, p. 24-27, 2016.

GAVIÃO, L. O. As Operações Anfíbias no Século XXI. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 130, n. 01/03, p. 155-179, jan./mar., 2010.

GLOBAL SECURITY. Lebanon non-combatant evacuation operation (NEO) 2006. **Globalsecurity.org**. 2008? Disponível em: <[http:// www.globalsecurity.org/military/ops/neo-lebanon-06.htm](http://www.globalsecurity.org/military/ops/neo-lebanon-06.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2023.

_____. Non-combatant Evacuation Ops. **Globalsecurity.org**. 2014. Disponível em: <[https:// www.globalsecurity.org/military/ops/neo-list.htm](https://www.globalsecurity.org/military/ops/neo-list.htm)>. Acesso em: 16 jun. 2023.

LAGE, R. R. Projeção Anfíbia. **Âncoras e Fuzis**, Rio de Janeiro, n. 42, p. 13-16, ago. 2011.

MAGNOLI, D. **História das Guerras**. São Paulo, SP: Contexto, 2006. p. 4-11.

LYMAN, M. **24th MEU Marines Return in Peace. The United State Marine Corps**. 2006. Disponível em: <<https://www.24thmeu.marines.mil/News/Article/Article/510739/24th-meu-marines-return-in-peace/>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MINGST, K. A.; ARREGUÍN-TOFT, I. M. **Princípios de Relações Internacionais**. Tradução de Cristiana de Assis Serra. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier Editora, 2014. 590 p.

ONU. Organização das Nações Unidas. **UNIFIL Background**. Nova York: United Nations, 2018. Disponível em: <<https://unifil.unmissions.org/unifil-background>>. Acesso em: 05 jun. 2023.

RODRIGUES, J. E. de O. O Legado das Operações Anfíbias. **Âncoras e Fuzis**, Rio de Janeiro, n. 42, p. 7-11, ago. 2011.

RODRIGUES, A. R.; SANTOS, A. S. **Bissau em chamas**. Lisboa: Oficina do Livro, 2007. 319 p.

SANTOS, P. N. dos. **Operações de evacuação de não-combatentes: lições aprendidas e ensinamentos para o futuro**. 2004. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa.

SILVA, J. D. da. **As expressões política e militar na gestão de Operações de Evacuação de Não Combatentes em situação de não guerra**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<https://redebie.decex.eb.mil.br/pergamumweb/vinculos//000042/00004243.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

SILVA, L. S. da. **Libano 2006: a guerra dos 30 dias?** 2006. Educação Pública. 2006. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/6/32/libano-2006-a-guerra-dos-30-dias>> Acesso em: 03 jun. 2023.

STEWART, da P. G. A Retomada do Pensamento Anfíbio. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 131, n. 7-9, p. 154-625, jul./set. 2011.

TILL, G. **SeaPower: A Guide for the Twenty-First Century**, 4th Edition. 4 ed. Abingdon, Oxon, 2018. 477 p.

VELLOSO, L. A. C. O Emprego do Conjugado Anfíbio. **Âncoras e Fuzis**, Rio de Janeiro, n. 41, p. 26-27, dez. 2010.

ZAHREDDINE, D. Do Pequeno ao Grande Líbano: os desafios contemporâneos da República Libanesa. **Conjuntura Internacional**, v.17, n.2, p.29 – 47, Belo Horizonte, 2020.

ZUCCARO, P. M.; SOARES, J. A. N. Evacuação de não-combatentes: Tarefa do Conjugado Anfíbio. **O Anfíbio**. Rio de Janeiro, RJ, n. 21, p. 4-11, 2002.

ANEXO A

REGIÃO	NÚMERO DE BRASILEIROS	%
AMÉRICA DO NORTE	2.067.400	46,9%
EUROPA	1.360.881	30,8%
AMÉRICA DO SUL	596.532	13,5%
ÁSIA	220.924	5,0%
OCEANIA	66.687	1,5%
ORIENTE MÉDIO	56.198	1,2%
ÁFRICA	26.168	0,59%
AMÉRICA CENTRAL E CARIBE	9.465	0,21%
TOTAL	4.404.255	100%

FIGURA 1 – Comunidade Brasileira no Exterior em 2021.

Fonte: BRASIL, 2022, p. 3.

ANEXO B



FIGURA 2 – Distribuição Regional da Comunidade Brasileira no Exterior.
Fonte: BRASIL, 2022, p. 4.

ANEXO C



FIGURA 3 — Entorno Estratégico do Brasil.

Fonte: BRASIL, 2020c, p. 18.

ANEXO D

Operações de Evacuação de Não-Combatentes realizadas pelos EUA no período de 1975 até 2014.

Operações de Evacuação de Não Combatentes (NEO)					
	Localidade	datas		evacuados	
				NÓS	Total
Embaixada de Bagdá 2014	Iraque	13 de junho de 2014	TBD	TBD	TBD
República Centro-Africana NEO 2012	CARRO	27 de dezembro de 2012	TBD	??	50
Líbano NEO 2008	Líbano	15 de julho de 2008	26 de julho de 2008	14.000	Alguns
Expresso Brilhante	Libéria	junho de 2003	julho de 2003	0	0
pastor sentinela	República Centro-Africana	30 de outubro de 2002	xx de novembro de 2002		39
Outono Retorno	Costa do Marfim	24 de setembro de 2002	04 de outubro de 2002		300
Serra Leoa NEO	Serra Leoa	maio de 2000	maio de 2000	?	
Empreendimento Pastor	Guiné-Bissau	10 de junho de 1998	17 de junho de 1998	??	
Partida segura	Asmara, Eritreia NEO	05 de junho de 1998	06 de junho de 1998	105	172
Inclinação chanfrada	Indonésia	maio de 1998	maio de 1998	0	0
Borda de chanfro	Camboja	julho de 1997	julho de 1997	0	0
Nobre Obelisco	Serra Leoa	maio de 1997	junho de 1997	451	2.510
Recuperação do Guardião	Congo (antigo Zaire)	março de 1997	junho de 1997		532
esteira de prata	Albânia	14 de março de 1997	28 de março de 1997		900
Resposta rápida	República Centro-Africana	maio de 1996	agosto de 1996	208	448
Resposta garantida	Libéria	abril de 1996	agosto de 1996	480	2.780
corredor distante	Ruanda NEO	9 de abril de 1994	15 de abril de 1994	148	230
[nenhum]	NEO da Libéria	22 de outubro de 1992	25 de outubro de 1992		98
bigorna de prata	Serra Leoa NEO	2 de maio de 1992	5 de maio de 1992	396	438
Elevação rápida	Zaire	24 de setembro de 1991	07 de outubro de 1991		716
Victor ao quadrado	Haiti NEO	Set 1991		?	
Vigília ardente	Filipinas NEO	junho de 1991			
Saída Leste	Somália	02 de janeiro de 1991	11 de janeiro de 1991	281	
Borda afiada	Libéria	maio de 1990	8 de janeiro de 1991	330	3.020
Vida nova	Vietnã NEO	abril de 1975			112.000
Vento Frequente	Evacuação de Saigon	29 de abril de 1975	30 de abril de 1975		50.000
Puxada Água	Camboja	11 de abril de 1975	13 de abril de 1975		287

Fonte: GLOBAL SECURITY, 2014.

ANEXO E

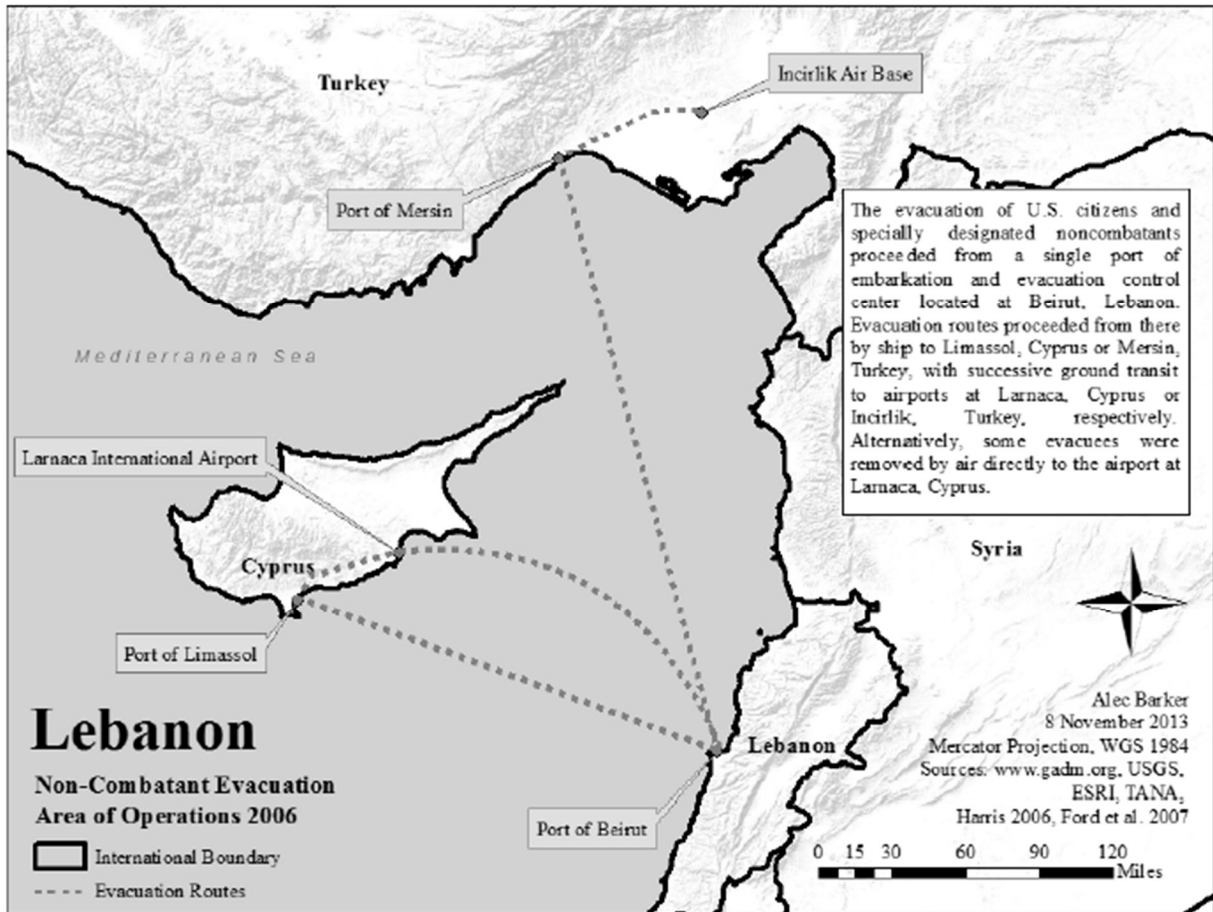


Figura 4 – Área de Operações no Líbano, 2006

Fonte: BARKER; MARVIN; CURTIN, 2015, p. 6.